
BRASIL 
EM DEBATE
VOLUME 2

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E RENDA NO BRASIL

*Avanços recentes no emprego e
na distribuição dos rendimentos*

MARCIO POCHMANN

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Nilmário Miranda

Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Flávio Jorge, Iole Iliada, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

Coleção “Brasil em Debate”

Coordenador da coleção

Flamarion Maués

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Preparação do original

Angélica Ramacciotti

Este livro obedece às regras estabelecidas no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739d

Pochmann, Marcio.

Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil : avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos / Marcio Pochmann. - São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

104 p. : il. - (Brasil em debate ; v. 2)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-087-2

1. Renda - Distribuição - Brasil. 2. Trabalho - Brasil. 3. Política salarial - Brasil. 4. Neoliberalismo. 5. Políticas públicas - Salários. 6. Salários - Legislação. I. Título.

CDU 331.101.2(81)

CDD 331.10981

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 - Vila Mariana

04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 - Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

www.fpabramo.org.br

www.efpa.com.br

Sumário

Apresentação • 6

Capítulo 1

Sociedade salarial no Brasil e ruptura neoliberal • 12

O trabalho sob o projeto nacional-desenvolvimentista • 17

Emergência neoliberal e os sintomas da degradação do trabalho • 26

Anacronismos da herança desregulamentadora • 35

Capítulo 2

Novo ciclo do desenvolvimento para valorizar o trabalho • 39

Defesa da produção e ocupação nacional • 44

Resgate do padrão da sociedade salarial • 52

O trabalho sob o novo ciclo social-desenvolvimentista • 56

Capítulo 3

Desafio às políticas públicas do trabalho no Brasil • 68

Transformações estruturais no mundo do trabalho • 73

Avanço do trabalho imaterial e suas implicações regulatórias • 76

Rumo ao novo padrão civilizatório • 91

SOBRE O AUTOR • 99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS • 100

Coleção “Brasil em Debate”

Pequenos livros sobre as grandes transformações do Brasil nos últimos oito anos

Quando Lula assumiu o governo, em 2003, o país vivia um momento difícil, com ameaça da volta da inflação, de aumento do desemprego, desprestígio internacional, sob o tacão do FMI. Além disso, pouco era feito para mudar as condições de vida da maioria da população, o que agravava a situação de desigualdade social em que vivíamos. O Estado brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas e a privatização de boa parte de suas funções.

Os dois governos liderados pelo presidente Lula e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mudaram esse quadro, transformando o Brasil em um dos principais países no cenário internacional, com uma política externa que prioriza os interesses nacionais e regionais, além de buscar mudar a histórica desigualdade nas relações Norte-Sul. O governo Lula chegou ao último ano de seu segundo mandato com um índice de aprovação acima dos 80%, num evidente apoio às mudanças sentidas pela população.

O Estado retomou importantes funções de indutor de desenvolvimento e crescimento. Nesse intervalo, é importante destacar, foram impedidas novas privatizações que piorariam a vida

dos brasileiros. A inflação foi contida e o país pode retomar níveis de crescimento econômico que não eram alcançados havia muitos anos, com a geração de milhões de novos empregos com carteira assinada.

Parafraçando o presidente Lula, “nunca antes na história desse país” foram vistos avanços com tamanha abrangência, mesmo considerando a crise econômica que abalou o mundo em 2008.

Mas o principal, sem dúvida, é que, por meio dos programas de distribuição de renda e da nova política do salário mínimo, milhões de brasileiros puderam sair da situação de miséria e pobreza em que se encontravam, atingindo níveis de vida e de consumo que os colocam hoje como membros da classe média. Com isso, melhorou a saúde, a educação, o emprego e a autoestima, além de abrir possibilidades de um futuro melhor para todos.

É claro que muito ainda deve ser feito, mas o que se conseguiu nestes oito anos mostra que é possível implementar mudanças de fundo, que transformam a vida das pessoas e lhes dão mais dignidade e cidadania.

A coleção Brasil em debate pretende mostrar, de forma direta e simples, as principais áreas em que essas transformações ocorreram, como elas foram feitas e como possibilitaram que tais resultados fossem alcançados, para que haja o fortalecimento da democracia e a ampliação do conhecimento sobre o quadro político atual do Brasil. Boa leitura!

Editora Fundação Perseu Abramo

Apresentação

A trajetória econômica e social brasileira transcorre historicamente desconectada do compromisso político com o pleno emprego da totalidade da força de trabalho e com a distribuição equânime da renda nacional. O resultado disso tem sido a produção e reprodução de uma complexa anomalia societal, demarcada pela desvalorização do trabalho e pela brutal concentração da riqueza e do poder. Apesar da sucessão de vários ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café e industrialização) e diversos regimes políticos (colônia, império, república, ditadura e democracia), o padrão distributivo e a estrutura social carregam consigo as marcas inequívocas do anacronismo conservador, com enorme aversão a mudanças democráticas e civilizatórias. Tal situação agravou-se consideravelmente no final do regime militar (1964-1985), quando a implementação de uma sequência de políticas econômicas e sociais, comprometidas com a administração da crise da dívida externa do início da década de 1980, fez proliferar um novo segmento social ocioso e assentado no inacreditável enriquecimento absorvedor de parcelas consideráveis das receitas do setor público. O processo de financeirização da riqueza durante a passagem do século passado para o atual se tornou possível pela organização dos governos de plantão em torno de uma sofisticada macroeconomia portadora de altas taxas de

juros e de reorientação do gasto público para a gestão do endividamento do Estado.

O resultado foi o enfraquecimento do setor produtivo e, por consequência, a maior desvalorização do trabalho no Brasil. Este ciclo perverso de regressão produtiva e ocupacional ocorreu simultaneamente ao fortalecimento da ordem liberal conservadora durante a década de 1990, com o rebaixamento do país do 8º para o 14º posto da economia mundial e a elevação no ranking mundial do desemprego da 13ª para a 3ª posição. Para isso, o receituário neoliberal se mostrou extremamente funcional, com a imposição da crescente elevação da carga tributária em mais de dez pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) justamente sobre a base da pirâmide social e com a desconstrução do patrimônio público, seja pela privatização do setor produtivo estatal (transferência de 15% do PIB pertencente ao Estado a grupos privados e fechamento de mais de 500 mil postos de trabalho), seja pela desnacionalização das empresas brasileiras. Além do aumento dos tributos e da venda de ativos públicos, os governos neoliberais represaram recursos do gasto social (desvinculação da receita da União em 20%) para pagamento de juros e aumentaram a dívida pública de

O anacronismo neoliberal fez prevalecer no Brasil, por certo tempo, um verdadeiro paraíso da improdutividade de ricos rentistas montados em cima da desvalorização do trabalho.

menos de um terço para mais de 50% do PIB. Em síntese, a prevalência de um verdadeiro paraíso da improdutividade de ricos rentistas montados em cima da profunda desvalorização do trabalho no Brasil foi protagonizada pelo anacronismo neoliberal.

Em consequência, a conexão do país com o futuro terminou sendo interrompida por mais de duas décadas. Somente no período mais recente, com a formação do governo Lula, o tema da plena ocupação da mão de obra e da injustiça na repartição da renda foi recolocado no centro da agenda nacional. A perspectiva de construção da agenda civilizadora no século XXI, com a promoção e defesa da produção e do emprego nacional, acompanhada da efetivação de reformas patrimoniais modernizantes, passou a encontrar um novo horizonte para a sua reafirmação. A permanente busca da equidade social ganhou impulso positivo, cada vez mais regido pelo reconhecimento e valorização de distintos esforços realizados por variados segmentos sociais, em torno da produção e reprodução das novas fontes de riqueza nacional.

Assim, benefícios desconectados da eficiência econômica, como herança, ganhos especulativos e financeiros improdutivos, entre outros, passaram a ser considerados ante o avanço de novos compromissos com o planejamento do desenvolvimento soberano e sustentável da nação. Por ser um país ainda em construção, com incompleta infraestrutura e enorme ociosidade no total de sua força de trabalho,

a convergência de esforços associados ao alongamento da capacidade de produção pressupõe a inversão da tendência de mais de meio século de queda na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional. Atualmente, os brasileiros que dependem somente do seu próprio trabalho para sobreviver voltaram a recuperar parte perdida da renda nacional, mediante o acerto das políticas de defesa da produção e da ocupação, por meio da ampliação da oferta voltada ao mercado interno e às exportações para os novos parceiros do âmbito Sul-Sul do planeta.

**Atualmente,
os brasileiros
que dependem
somente do seu
próprio trabalho
para sobreviver
voltaram a
recuperar parte
perdida da
renda nacional.**

Nesse novo contexto, as políticas de difusão de crédito e de redução na taxa de juros foram resgatadas, juntamente com a recuperação do papel dos bancos públicos em torno da consolidação do sistema nacional de microcrédito aos pequenos empreendedores, ainda não incluídos no sistema bancário tradicional. Também tiveram destaque as políticas de renda voltadas à base da pirâmide social brasileira, como a do salário mínimo e de transferência direta de renda, que se mostraram compatíveis com a elevação do gasto social de qualidade, associado à equidade frente ao rebaixamento das despesas com o pagamento dos juros da dívida pública. Além do mais, a inclusão dos atuais trabalhadores e empreendedores historicamente manti-

dos na informalidade mereceu atenção frente à marcha do maior ritmo de expansão econômica e a implementação de um novo marco regulatório, a implementação de nova regulação pública, sem voltar à falsa dualidade imposta pelos neoliberais na década de 1990: precarização do trabalho ou desemprego em massa. Com a opção governamental de enfrentar o quadro geral de mazelas nacionais, como a pobreza e a desigual repartição da renda pessoal, assistiu-se ao aproveitamento de oportunidades inéditas de correção dos graves defeitos da nação.

A aceleração no ritmo de expansão do setor produtivo permitiu sustentar os meios adicionais de inclusão social, com ampliação do consumo popular e redução da pobreza e da desigualdade social. Mantida a tendência verificada até agora, o Brasil deve terminar a próxima década entre as cinco maiores economias do mundo, com a superação da miséria e do grau de desigualdade de renda não muito distinto dos países desenvolvidos. Para que isso se mantenha como novo traço do ideário nacional, a nação precisa avançar em novos modos de regulação do trabalho que potencializem a elevação da produtividade e seu repasse equânime a toda população. Assim, o imprevisto dos ganhos fáceis no curto prazo deve continuar dando lugar ao planejamento e à convergência das políticas públicas que se relacionem às oportunidades atuais do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ao se discutir a respeito do patrimônio que a nação deseja possuir amanhã, coloca-se em marcha

a convergência política necessária para a efetivação de medidas estratégicas que asfaltam o melhor caminho do futuro. A mobilização da inteligência nacional e das forças políticas progressistas também se faz necessária, buscando enfrentar a fragmentação das políticas públicas setorialmente dispersas pelas especializações do conhecimento, quando da competição, pois do contrário há risco da repetição dos erros do passado, como o caso da desvalorização do trabalho.

O objetivo maior de apresentar o movimento em curso de inflexão do trabalho no Brasil levou a dividir o presente livro em três partes que se relacionam, sendo a primeira comprometida com uma breve recuperação dos rumos do trabalho antes e durante a hegemonia do neoliberalismo no país. Na segunda parte, destaca-se o ponto de ruptura realizado pelo governo Lula em relação à regressão neoliberal do trabalho, a partir dos avanços gerados pelo novo ciclo de desenvolvimento nacional. A última parte refere-se aos novos desafios das políticas públicas diante das profundas transformações do mundo do trabalho no país.

A aceleração da expansão do setor produtivo permitiu sustentar os meios adicionais de inclusão social, com ampliação do consumo popular e redução da pobreza e da desigualdade social.

1

Sociedade salarial no Brasil e ruptura neoliberal

O Brasil que emergiu da Revolução de 1930 caminhou no sentido da internalização da sociedade salarial, verificada nas economias avançadas por meio do processo de industrialização nacional. Com isso, o trabalho subordinado à velha sociedade agrária passou a sofrer importantes modificações frente ao avanço da propriedade social, mediada pela difusão do emprego assalariado com carteira assinada e pelos diversos mecanismos urbanos de proteção e segurança societal.

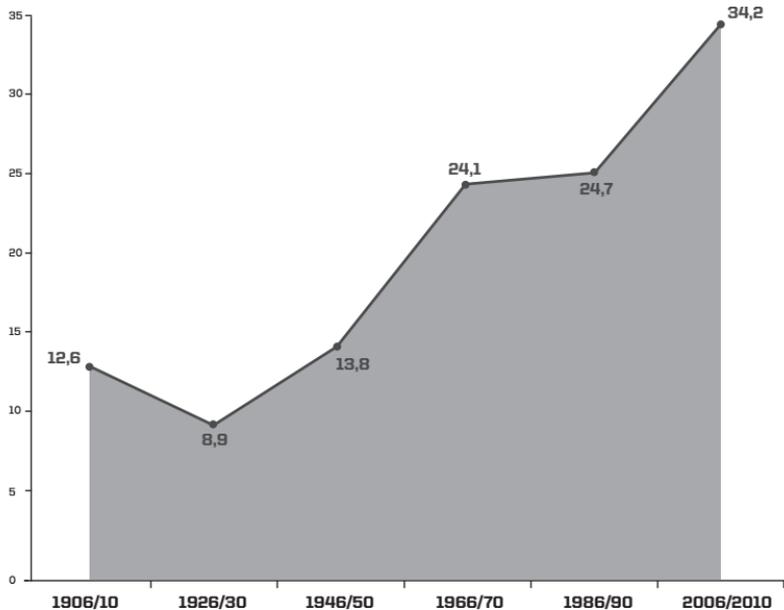
Justamente em torno dos riscos relacionados ao pleno exercício do trabalho (acidente, doença, invalidez e morte, desemprego e instabilidade contratual, precocidade e envelhecimento, variabilidade e sub-remuneração, despreparo formativo, entre outros) conformou-se a propriedade social a ser financiada pelo fundo público, constituído a partir da absorção de parcela crescente do excedente econômico nacionalmente gerado pelo conjunto do país. Nesse sentido, deve-se reconhecer o papel pioneiro das ações estabelecidas em 1923, com a Lei Eloy Chaves (base da Previdência Social), e em 1943, com a Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT), que fundamentaram a propriedade social no Brasil.

O financiamento da política social ocorre de forma tanto contributiva (Previdência Social) como impositiva (tributos e taxas). O resultado final disso tem sido a geração de uma massa expressiva de recursos, oriunda da elevação da carga tributária (soma de impostos, taxas e contribuições), parcialmente comprometida com a promoção e defesa do bem-estar social geral dos segmentos sociais cobertos pelas políticas sociais.

Gráfico 1

Brasil: evolução da carga tributária bruta em relação ao Produto Interno Bruto (em %)



Fonte: IBGE, 2006 (elaboração própria).

PROPRIEDADE SOCIAL E FUNDO PÚBLICO

Desde a antiga Roma, a propriedade se constitui como direito individual e absoluto do seu titular. Em nome da propriedade privada, o sistema econômico capitalista expandiu a riqueza e a distribuiu desigualmente entre os proprietários dos meios de produção (lucros, juros, renda da terra e aluguéis de imóveis) e os não proprietários, dependentes exclusivamente do trabalho humano. A partir da Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, a propriedade privada tornou-se fonte de questionamentos acerca de sua função social, a ser comprometida no conjunto do bem-estar da população.

Um dos principais sinais do compromisso transformador do poder da propriedade privada com sua função social foi o engrandecimento do fundo público, administrado a partir do Estado. Para isso, os proprietários privados passaram a ter que pagar impostos, taxas e contribuições, o que permitiu ampliar a carga tributária em relação ao produto nacional (Produto Interno Bruto). Até o final do século XIX, o predomínio do Estado mínimo, com funções exclusivas relacionadas às forças armadas, justiça, arrecadação tributária e emissão monetária, não implicava o seu financiamento em mais de 10% de carga tributária em relação ao PIB. No século XX, o fundo público cresceu acima de um terço do total do PIB, tendo em vista a passagem do Estado mínimo para o Estado social (bem-estar social, de providência, desenvolvimentista) no exercício de novas funções voltadas para universalização da educação, saúde, habitação, cultura, previdência e assistência social, entre outras.

Dessa forma, o fundo público constituído com base na tributação, não exclusiva à propriedade privada, terminou se constituindo na propriedade social, sobre a qual o coletivo, não o indivíduo, detém o direito absoluto da posse. A propriedade social encontra-se assentada sobre o fundo público, que pode ser administrado tanto pelo direito estatal quanto pelo direito público não estatal (instituições comunitárias, cooperativas, economias solidárias, entre outras formas).

Na medida em que avançou o conjunto das políticas sociais (educação, saúde, habitação e saneamento, previdência e assistência social, trabalho, entre outras) financiadas pelas elevações da carga tributária, o brasileiro conseguiu ampliar o tempo de vida para além do exercício exclusivo do trabalho pela sobrevivência. Antes da existência da propriedade social, por exemplo, o trabalho comprometia dois terços do tempo de vida de cada cidadão. Por causa disso, o ingresso na vida laboral iniciava-se aos 5/6 anos de idade e se encerrava somente com a morte, geralmente próxima dos 35, que representava a expectativa média de vida dos brasileiros do início do século XX. Ao se acrescentar ainda a ausência da regulação do tempo de trabalho (48 horas semanais, férias, descanso semanal, feriados) e de medidas de aposentadoria e pensão, o tempo de trabalho podia equivaler a mais de 5,5 mil horas por ano.

Com o desenvolvimento urbano e industrial protagonizado desde a década de 1930, uma parte dos ganhos de produtividade foi carregada pelo fundo público voltado ao financiamento da política social. Em consequência da difusão da titularidade dos novos proprietários, tornou-se possível reduzir o peso do trabalho heterônomo (realizado em troca de uma remuneração pela sobrevivência) para um quinto do tempo de vida. Isso porque o ingresso no mercado de trabalho foi postergado para os 15 anos de idade, após o acesso ao ensino básico,

enquanto a saída para a inatividade passou a se dar a partir da contribuição por 35 anos ao fundo previdenciário. Contando com a duplicação da longevidade da vida ao longo do século XX (de 35 para 70 anos), percebe-se que o desenvolvimento nacional permitiu à propriedade social alargar o tempo de vida, bem como direcioná-lo à sociabilidade moderna, com mais educação, saúde, consumo e investimento humano.

Tudo isso terminou sendo aprofundado pela Constituição Federal de 1988, apesar do desvio estabelecido pelas políticas de corte neoliberal que impuseram ao

**As políticas
neoliberais
impuseram
a lógica de
subordinação
pelo trabalho
precário, diante
do avassalador
desemprego
em massa da
década de 1990.**

mundo do trabalho uma nova lógica de subordinação pelo trabalho precário, que resultou no avassalador desemprego em massa da década de 1990. A partir de então, a interrupção do projeto de desenvolvimento nacional impôs o retrocesso às conquistas dos trabalhadores, em meio ao esforço de geração de maior excedente ao processo de financeirização de riqueza. Para isso, o Estado social foi reformulado, com avanço de políticas

antissindicais e de flexibilização do mercado de trabalho, conforme apresentado a seguir.

O trabalho sob o projeto nacional-desenvolvimentista

Os problemas econômicos impostos pela grande crise do capitalismo em 1929 coincidiram com o movimento político de instalação do novo projeto de nação brasileira. Com a Revolução de 1930, o país iniciou o movimento maior de superação da anacrônica condição de economia agrário-exportadora. Por força disso, a produção nacional foi multiplicada por 18,2 vezes (6% ao ano) entre as décadas de 1930 e 1980, o que permitiu avançar na estruturação da sociedade salarial no Brasil.

Em síntese, prevaleceu a centralidade do emprego assalariado no funcionamento do mercado de trabalho. De cada quatro postos de trabalho gerados entre 1940 e 1980, por exemplo, três eram assalariados, sendo 70% do total compostos pelo emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Com isso, o emprego assalariado, que respondia por 42% do total da ocupação em 1940, passou a responder por 63% da ocupação em 1980. Os postos de trabalho formal passaram de 12,1%, em 1940, para 49,2%, em 1980, do total da ocupação do país.

Concomitantemente à exitosa expansão do trabalho assalariado, houve a conformação de um sistema avançado de proteção social e trabalhista. Todavia, o crescimento econômico se mostrou insuficiente por si próprio para a universalização do bem-estar social, impedindo que o país

chegasse a apresentar níveis de pobreza, de homogeneização do mercado de trabalho e de desigualdade social comparáveis aos países com desempenho econômico similar. Na maior parte das vezes, prevaleceu a ação de políticas sociais subordinadas ao imperativo do crescimento econômico, o que tornou a mobilidade social individual uma das poucas alternativas ao conjunto da população de melhora no padrão de vida.

Assim, o progresso da sociedade salarial terminou por reproduzir as heranças contidas na antiga sociedade agrária, com forte desigualdade na repartição dos frutos do crescimento econômico. A ausência democrática durante 28 dos 50 anos de predomínio do projeto nacional-desenvolvimentista (1930-1980) promoveu a construção de uma sociedade injusta e socialmente desigual. No que tange ao regime de bem-estar social, que ganhou expressão fundamental a partir da Revolução de 1930, destaca-se o aparecimento de uma agenda política direcionada à regulação das forças do mercado, tendo na ascensão da burguesia industrial e na emergência das classes trabalhadoras urbanas os novos atores políticos nacionais. O resultado foi a consolidação de um conjunto de leis sociais e do trabalho – fruto da coalizão política entre a burguesia industrial e as classes operária e média – comprometidas com o avanço para o novo regime de bem-estar social de natureza corporativa e particularista, estritamente direcionado aos empregados formalmente contratados. Tendo em vista que a maior parte das classes

trabalhadoras encontrava-se no campo, apenas os empregados urbanos foram beneficiados inicialmente pelo salário mínimo, assim como por toda a legislação social e trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

Em geral, o financiamento da proteção social, que representou cerca de um terço do custo total do empregado urbano formal, foi – até a década de 1980 – uma das poucas possibilidades de acesso ao bem-estar social. Nesse sentido, o acesso à condição de cidadania social e trabalhista dependeu da regulação do mercado de trabalho, garantida tão somente aos trabalhadores com contrato formal. Além disso, ressalva-se que, muitas vezes, a ampliação da cobertura de beneficiados pelo sistema de proteção social trazia consigo a queda no valor real do benefício, a perda de qualidade do serviço ofertado e a fragmentação da assistência em bases filantrópicas.

Em resumo, as restrições no financiamento das políticas de proteção social e a natureza regulada de acesso aos benefícios provenientes do emprego assalariado formal tornaram o ingresso de novos segmentos populacionais desacompanhado da melhora dos serviços ofertados e do valor real pago como benefício social até praticamente a década de 1960, quando a regulação do mercado formal de trabalho passou a incorporar trabalhadores rurais e o sistema de proteção social difundiu benefícios não contributivos.

A universalidade da proteção social foi postergada durante o projeto nacional-desenvolvimentista, não obstante

A ausência democrática em 28 dos 50 anos de predomínio do projeto nacional desenvolvimentista gerou uma sociedade injusta e socialmente desigual.

o progresso econômico. Quando da pressão pela incorporação de novos beneficiados, na maioria pobres, havia, na sequência, a saída voluntária de segmentos mais ricos, como nos casos da transformação da educação primária estatal em educação fundamental pública e do movimento de universalização da saúde pública. Por parte da clas-

se média em ascensão, observa-se que o gradual abandono da educação fundamental e da saúde pública, em busca da oferta do setor privado de proteção social, foi mediado pelo esvaziamento da parceria estratégica em defesa da universalização do sistema de proteção social. Por fim, a presença do corporativismo de algumas categorias profissionais mais elitizadas, da meritocracia da escolaridade mais elevada numa sociedade de analfabetos e do particularismo dos segmentos ocupacionais de maior rendimento terminaram por inviabilizar a articulação dos interesses e da ação política entre classes trabalhadoras e médias no Brasil. Puderam ser observados sinais de privatização do Estado, especialmente durante o regime autoritário.

Outro aspecto que concedeu especificidade à construção da sociedade salarial no Brasil, além da estrutura de tributação perversa de financiamento contida nas políticas públicas de educação, saúde, previdência e assistência pe-

lo Estado, foi o progresso econômico sustentado em baixos salários e crescente desigualdade de rendimentos dos trabalhadores. Não há dúvida de que a criação do salário mínimo em 1940 representou a oportunidade de elevação do valor real do piso das remunerações dos trabalhadores de base, frente ao enorme excedente de mão de obra gerado pela ausência de reforma agrária.

Durante o período democrático (1945-1964), quando o poder de compra do salário mínimo cresceu, o rendimento do trabalho representou quase 57% da renda nacional, enquanto o grau de desigualdade na distribuição da renda situou-se abaixo de 0,5 do índice de Gini (quanto mais próximo de zero menor a desigualdade, numa variação que pode ir de zero a 1). A partir do regime militar (1964-1985), a trajetória foi justamente a inversa, com a diminuição da participação do rendimento do trabalho para 50% da renda nacional e elevação do grau de desigualdade para 0,6 do índice de Gini.

Em síntese: avanço econômico com piora na repartição da renda nacional. Adicionalmente, pode-se destacar também que no âmbito do funcionamento do mercado de trabalho a definição dos salários dos trabalhadores ocorreu sem a presença do instrumento do contrato coletivo de trabalho. Dessa forma, os sindicatos dependeram, sobretudo, da legislação governamental para avançar na proteção social e trabalhista, seja da atualização do valor real do salário mínimo, seja da introdução do 13º salário, seja

do salário-família, entre outras medidas legais no regime democrático do segundo pós-guerra e no período mais recente (seguro-desemprego, um terço a mais nas férias, redução na jornada de trabalho etc.).

O mesmo também pode ser identificado em relação aos interesses patronais, que se mostraram fortemente associados à prática da legislação antissindical durante o poder policial do Estado autoritário nos períodos 1937-1945 (Estado Novo) e 1964-1985 (Ditadura Militar). Foram exemplos disso: a repressão à ação sindical laboral, a garantia de financiamento das entidades de representação de interesses

Com o regime militar (1964-1985), diminuiu a participação do rendimento do trabalho na renda nacional e elevou-se o grau de desigualdade social.

patronais (tributação parafiscal, como Sistema “S” e contribuição sindical) e a imposição do arrocho salarial (legislação salarial de 1964-1994).

Diferentemente do avanço do assalariamento observado nas sociedades urbano-industrial representado pelas economias centrais, que foram responsáveis pela generalização das condições e relações de trabalho assalariadas em praticamente todos os setores de atividades produtivas, perpetuaram-se no Brasil relações de trabalho não capitalistas. Setores econômicos como agricultura de subsistência e serviços urbanos vinculados ao abastecimento (pequenas mercearias), lojas e oficinas de reparação e de atendimento

pessoal e familiar permitiram que uma verdadeira economia de baixos rendimentos contribuísse para a cobertura de uma importante parcela do custo de reprodução da força de trabalho, inclusive nos grandes centros industriais do país.

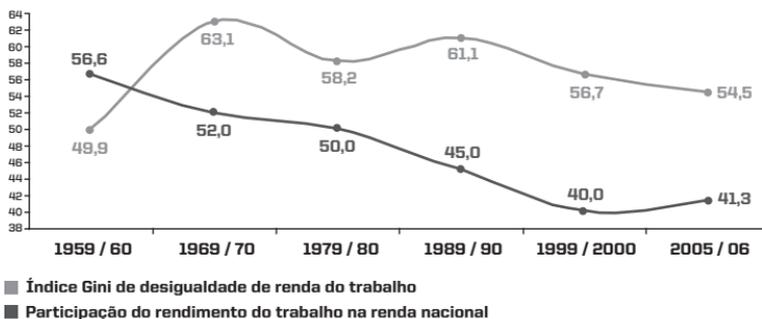
A autoconstrução de moradias, muitas vezes em terrenos ilegais, transformou-se numa das poucas alternativas criadas pela engenhosidade popular para fazer avançar o atendimento de habitações, de água e luz (os famosos “gatos”), bem como o acesso à alimentação barata e aos serviços domésticos de baixo custo. Isso tornou possível tanto a abertura de imensas frentes de ocupações urbanas sem acesso ao sistema de proteção social existente, como o atendimento do custo de reprodução do trabalhador formal, que recebeu salários decrescentes em termos reais, especialmente a partir do regime militar. Nesse sentido, o novo contexto projetado pelo movimento da industrialização nacional terminou combinando o moderno com velhas formas não capitalistas de ocupação de mão de obra.

Com a crise da dívida externa (1981-1983), a questão social se tornou mais grave diante da alta do desemprego e do empobrecimento de grandes massas populacionais desprovidas de proteção social. Em função disso, a preocupação com a “dívida social” terminou assumindo relevância no desenho de uma estratégia que permitisse combinar a consolidação da democracia com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no país.

Contudo, o abandono do compromisso político do elevado crescimento econômico inviabilizou a possibilidade de continuar o movimento de estruturação da sociedade salarial. Mesmo assim, diversos complexos das políticas sociais foram objetos de intensos debates acerca do redesenho institucional e da reformulação operacional, visando oferecer uma nova perspectiva para a inclusão social, por meio da implementação de vários programas como seguro-desemprego, suplementação alimentar, reforma agrária e descentralização do sistema de saúde.

Gráfico 2

Brasil: evolução da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e do grau de desigualdade em anos selecionados (em %).



Fonte: IBGE - Contas Nacionais (elaboração própria).

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil avançou positivamente na seguridade social, com a integração e articulação dos sistemas de saúde, previdência e assistência social. Algumas medidas importantes foram concebidas

em relação ao abandono da cidadania regulada, que somente possibilitava o acesso à saúde e à Previdência Social para os empregados formais, deixando de fora parcela significativa dos trabalhadores não assalariados e empregados sem contrato regular. As ações voltadas à descentralização e à universalização do atendimento e da cobertura na saúde, à homogeneização dos benefícios previdenciários entre trabalhadores urbanos e rurais e à incorporação de diversos segmentos excluídos da atenção da assistência social (crianças, adolescentes, portadores de deficiência especial, idosos, entre outros) tornaram-se factíveis diante da perspectiva de constituição do orçamento da seguridade social, amparado por novas e diversas fontes de financiamento, para além da contribuição tradicional de empregados e empregadores.

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, representou outro avanço considerável em direção à universalização do acesso e da descentralização federativa. Com a transferência de recursos para estados e municípios, a implementação de mecanismos de participação popular e a gestão plena do sistema de atenção à saúde pública, o sistema de saúde transformou-se na principal

**Com a
Constituição
Federal de 1988,
o Brasil avançou
positivamente na
seguridade social,
com a integração
e articulação dos
sistemas de saúde,
previdência e
assistência social.**

base de inclusão ampliada para toda a população. Mesmo que a ênfase reformista na política social tenha se limitado a quatro anos (1985-1988), seus efeitos, em maior ou menor grau, espalharam-se, ainda que contidos, para além da década de 1990.

Contudo, os constrangimentos e obstáculos à efetiva alteração na gestão e financiamento das políticas sociais reformistas não tardaram a aparecer, cada vez mais fortes e resistentes. Também em relação ao complexo sociotrabalhista, os avanços nos direitos sociais e trabalhistas não foram desprezíveis. A Constituição Federal aprovou desde a redução da jornada de trabalho (de 48 para 44 horas semanais) e a garantia de um terço de remuneração a mais no período de férias anual até o direito de greve acompanhado da liberdade e autonomia sindical. Mas as restrições ao crescimento da economia nacional terminaram por impor limitações de acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Com a difusão do desemprego e das ocupações precárias, ampliaram-se as vulnerabilidades da população inserida no mercado de trabalho.

Emergência neoliberal e os sintomas da degradação do trabalho

A resposta brasileira à crise da dívida externa do começo da década de 1980 produziu a primeira recessão econômica no país desde a Grande Depressão de 1929.

Concomitantemente à queda no consumo interno, houve a reorientação da política macroeconômica para o mercado externo (exportações), cujo destino final terminou sendo o abandono do projeto nacional-desenvolvimentista. Apesar dos constrangimentos impostos ao dinamismo econômico nacional a partir da década de 1980, os sinais de interrupção do movimento de estruturação do mercado de trabalho não se mostraram tão evidentes. O surgimento do desemprego aberto urbano de grande proporção entre os anos 1981 e 1983 foi fortemente contido no período subsequente de 1984 a 1986, mantendo-se relativamente estável até o final de 1989. Entretanto, a pobreza e a desigualdade de renda não deram folga, sobretudo com a fase de superinflação, degradando o poder de compra dos salários. Ou seja, o ajuste no interior do mercado de trabalho era feito por meio da redução do custo do trabalho, não do emprego, mesmo com a expansão do emprego informal, à margem da legislação social e trabalhista.

Frente à persistência do regime de alta inflação, o receituário neoliberal começou a ser implementado desde 1990, com a posse do governo Collor (1990-1992). Com isso, as bases internas de sustentação do crescimento econômico nacional foram sendo substituídas pela dependência externa, por meio das políticas de liberação comercial, financeira e produtiva. A perda de importância relativa da produção e do emprego nacional, em virtude das importações e maior endividamento externo e interno, foi

Com o receituário neoliberal, as bases internas de sustentação do crescimento econômico nacional foram substituídas pela dependência externa.

acompanhada da queda do peso da indústria no PIB de 34,2%, em 1985, para 17,2%, em 2000. Além disso, percebe-se também o esvaziamento da produção intensiva em ciência e tecnologia, simultaneamente à expansão do setor produtivo focado nos recursos naturais. Isso teve maior importância durante o Plano Real (1994), que buscou a estabilidade monetária motivada por valorização artificial da

moeda nacional, elevada taxa real de juros e ausência de política de defesa da produção e do emprego nacional.

Nesse contexto, o Brasil incorporou ingressos externos de recursos (Investimento Direto do Exterior), em grande medida comprometidos com a compra de empresas estatais privatizadas e empresas privadas nacionais. Um bom exemplo disso ocorreu, entre outros setores, com os bancos. Em 1995, por exemplo, o Brasil tinha 230 bancos públicos e privados. Dez anos depois, com a privatização de bancos públicos, houve o fechamento de bancos privados nacionais e a expansão de bancos privados estrangeiros, o que totalizou menos de 170 bancos em todo o país. A redução do número de bancos deu sequência à maior exclusão bancária da população, como 500 municípios sem a presença de agências bancárias. Em síntese, o aumento considerável do grau de internacionalização

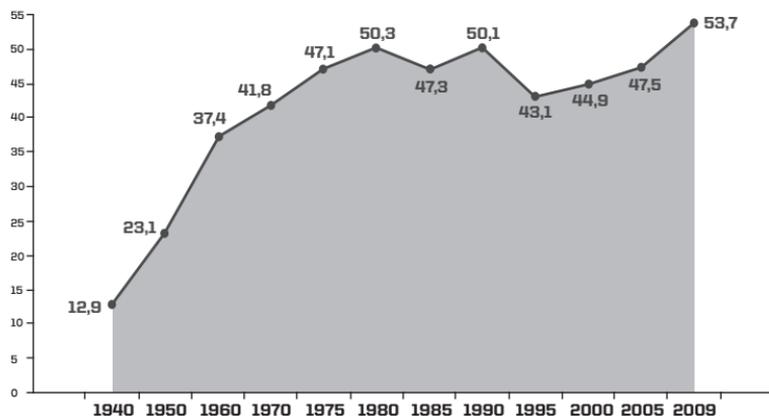
da economia brasileira tornou mais distante o projeto de desenvolvimento nacional.

A efetividade do programa neoliberal aprofundou os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, com o crescimento combinado do desemprego, de postos de trabalho precários e do dessalariamento. De cada dez novos trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho ao longo da década de 1990, somente seis encontraram alguma ocupação. Desse universo, apenas quatro obtiveram emprego com carteira assinada.

Em virtude disso, percebe-se que dos 50,1% do total da força de trabalho que obtinham alguma forma de proteção social e trabalhista em 1990, restaram menos de 45% em 2000 – e este índice chegou a cair para 43,1% em 1995 (ver Gráfico 3). Além da precarização das condições e relações de trabalho no Brasil, o receituário neoliberal da década de 1990 foi responsável pela piora na distribuição da renda. Entre 1990 e 2002, por exemplo, a participação do rendimento dos trabalhadores retrocedeu 13,4%, pois passou de 45,4% para 39,5% da renda nacional. Tendo em vista que a queda nos rendimentos do trabalho atingiu mais fortemente o segmento intermediário da pirâmide salarial brasileira (metalúrgicos, professores, bancários, profissionais liberais, entre outros), aumentou simultaneamente o grau de desigualdade na repartição pessoal da renda, medido pelo índice de Gini.

Gráfico 3

Brasil: evolução do grau de proteção social e trabalhista entre a População Economicamente Ativa (PEA) (em %).



Fonte: IBGE – censos demográficos, anuários estatísticos e PNADs (Elaboração própria).

Por outro lado, constata-se também que os malefícios da condução neoliberal da política macroeconômica sobre o mercado de trabalho foram parcialmente minorados, em decorrência dos avanços da política social estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Mesmo assim, a política social não se manteve autônoma e independente do neoliberalismo econômico em face da profunda mudança no papel do Estado – maior endividamento público, elevação da carga tributária em mais de dez pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto, privatização de parte significativa do setor público estatal (15% do PIB foi deslocado do setor público para o privado) e terceirização de diversas funções públicas.

Nesse mesmo sentido, houve o desaparelhamento do setor público, a fragmentação e burocratização das políticas sociais com crescente pulverização dos recursos públicos, bem como se processou maior desorganização às ações de descentralização, com crescente intermediação de interesses por organismos não governamentais (ONGs). Em relação ao sistema previdenciário houve, por exemplo, crescentes problemas de financiamento do custeio dos beneficiários atendidos. Isso tendeu a assumir proporções significativas diante da elevação na quantidade das aposentadorias concedidas em decorrência do envelhecimento da população e à inclusão de novos beneficiados sem prévia contribuição. Diante da contenção dos valores dos benefícios sociais, registrou-se, em 2007, que cerca de um terço dos aposentados e pensionistas mantinham-se ainda ativos no interior do mercado de trabalho, enquanto o país possuía quase 8 milhões de trabalhadores desempregados.

De maneira geral, uma parcela das fontes de recursos criados para financiamento da seguridade social foi direcionada à sustentação de outras despesas governamentais (não previdenciárias), ao mesmo tempo em que as receitas contributivas do governo federal foram sendo novamente centralizadas. Nos demais complexos da política social, além do desmonte de parte do setor público, ocorreram vetos presidenciais generalizados às propostas do poder legislativo para a Lei Orgânica da Assistência

Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei Orgânica da Saúde e diversas leis de desregulamentação trabalhista.

Apesar disso, o sistema de atenção à saúde no Brasil seguiu separado em duas partes. A primeira que relaciona o Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pela cobertura universal, e a segunda que trata dos planos de saúde privados (atenção médica suplementar a quase 30% dos brasileiros com maior renda familiar). Mais recentemente, contudo, registram-se vários movimentos direcionados à gradual alteração do SUS, sob a coordenação das medidas de contingenciamento e desvinculação de recursos. Em 2001, por exemplo, o gasto com saúde no Brasil foi de 222 dólares por habitante, enquanto na Argentina era de 679 dólares e no Uruguai de 603 dólares, conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No âmbito da assistência social, a LOAS, a partir de sua provação, em 1993, e implementação, desde 1995, viabilizou o encerramento das estruturas burocráticas tradicionais que lhe davam sustentação. Aliado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, o complexo previdenciário compreendeu uma nova etapa na ação social. Nota-se, no entanto, que a LOAS alçou a assistência social ao patamar da seguridade social, embora tenha permanecido praticamente intacta a filantropia e os vícios do velho assistencialismo, com instituições, clientelas e o caráter ainda cartorial do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

No complexo educacional, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, representou uma nova orientação de política pública para todos os níveis de ensino. Avanços consideráveis ocorreram na educação fundamental, sobretudo com a adoção do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e com a descentralização dos gastos, como na merenda escolar e no material didático, favorecendo a cooperação entre distintos níveis governamentais.

Em relação ao conjunto do complexo de infraestrutura, como saneamento, transporte e habitação, foi possível constatar a prevalência da restrição de recursos, como, constatado nos outros complexos das políticas sociais. Com as exigências de recorrente ajuste fiscal, as iniciativas que dependiam de recursos públicos a fundo perdido foram cadentes. O antigo mecanismo de financiamento habitacional (Banco Nacional da Habitação-BNH) deixou de existir na segunda metade da década de 1980, quando as funções de financiamento da infraestrutura social foram transferidas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal (CEF).

De certa forma, a adoção do Plano Real, em 1994, imprimiu maior subordinação da política social à reorientação macroeconômica. Com a vinculação do combate à inflação à abertura comercial e à valorização da moeda nacional, o plano de estabilização monetária induziu a política so-

cial às ações residuais, focalizadas e compensatórias. Um exemplo disso foi o aprisionamento de 20% das receitas governamentais para ser usado no pagamento de despesas financeiras. A Desvinculação das Receitas da União (DRU) passou a responder por quase dois terços do superávit primário adotado para atender parte da sustentação do processo de financeirização de riqueza privada.

Em síntese, a recentralização dos recursos orçamentários no âmbito do governo federal (taxas e contribuições não compartilhadas), a desvinculação de receitas fiscais (DRU), o contingenciamento dos recursos disponíveis e a regulação do endividamento dos estados e municípios impuseram enorme asfixia à gestão descentralizada das políticas sociais. Assim, constata-se certo encilhamento da política social a serviço da política macroeconômica, sobretudo com o predomínio da lógica recorrente do ajuste fiscal. Na fase de hegemonia neoliberal, a subordinação das políticas sociais à condução liberal das políticas macroeconômicas comprometeu o conjunto das possibilidades de eficácia e efetividade nas intervenções públicas. O regime de bem-estar se tornou mais contaminado pela tradição do clientelismo, do paternalismo e pela setorialização concorrencial no interior das políticas públicas no Brasil.

A hegemonia neoliberal subordinou as políticas sociais às políticas macroeconômicas e comprometeu a eficácia e efetividade das intervenções públicas.

Anacronismos da herança desregulamentadora

Toda cantilena neoliberal que veio à tona e ganhou mentes e corações nas últimas duas décadas, não chegou ao fim. Primeiro, por sua já comprovada desconexão das promessas originalmente enunciadas com os resultados posteriormente alcançados e, segundo, por sua inconfiabilidade, até mesmo para os ricos, justamente nas fases de baixa da economia, como observada pela gravidade da crise financeira iniciada em 2008.

Ao ser recuperado o conjunto norteador das teses neoliberais, constata-se a fé inquebrantável manifestada por alguns defensores em relação à inexistência de alternativa para o caminho da desregulamentação, do alívio tributário aos ricos e do enxugamento do papel do Estado – fonte maior da contenção do desempenho econômico e do alargamento da pobreza e da desigualdade no mundo, segundo eles. Essa doutrina, levada às últimas consequências, produziu um mundo com enorme desequilíbrio entre o brutal poder econômico concentrado em poucas hipercorporações transnacionais (empreendimentos financeiros e não financeiros), em geral superiores a países e a organismos multilaterais constituídos ainda no imediato pós-guerra para estimular o regulado desenvolvimento global (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros).

Associado ao decorrente enfraquecimento da governança global – pouco percebido na fase de auge das economias –, assistiu-se ao avanço da crença de que os pobres e destituídos do mundo deveriam assumir a responsabilidade por sua própria condição de inferioridade, como no caso dos desempregados e pobres em geral. Outrora reconhecida como vítima do sistema econômico excludente e demandante de apoio público, a parcela excluída da população viu ruir a base pela qual encontrava propulsão para sua emancipação frente à desconstrução das políticas universais e a ascensão das ações cada vez mais focalizadas pelo raquitismo estatal aos pobres. Essa fora uma das consequências diretas da tão aclamada responsabilidade fiscal, num quadro político espremido pelo alívio fiscal aos ricos e pela ampliação das despesas comprometidas com encargos decorrentes do processo de financeirização da riqueza (juros elevados sobre o estoque da dívida pública).

A desregulação, a regressividade tributária e o desvirtuamento do compromisso do Estado com ações emancipatórias do conjunto da população, não gerou apenas um mundo mais desigual e profundamente injusto. Com o neoliberalismo, houve a desconfiança generalizada de que o homem não mais seria capaz de construir coletivamente uma trajetória superior, dada a ênfase de curto prazo das decisões políticas e gerenciais e ao individualismo narcisista, apoiado na economia do ter. Em consequência, o ser humano ficou em segundo plano, dando vazão à lógica des-

trutiva da competição a qualquer custo, inclusive à inviabilização de um planeta ambientalmente sustentável.

Tudo isso, é claro, na fase de alta dos negócios, quando as teses neoliberais reinavam com verdades absolutas e somente os “neobobos” – como se convencionou à época – ousaram pensar e fazer o contrário. Quando entra em cena a fase de baixa da economia, os postulados da desregulamentação e da responsabilidade fiscal são rapidamente esquecidos. Os recursos que anteriormente faltavam para combater a pobreza e potencializar a emancipação dos excluídos aparecem em profusão para salvar os ricos, mesmo com operações de socorro acontecendo a descoberto. Em nome da solvência das grandes corporações econômicas, desaparece a defesa da autorregulação das forças do mercado, para dar lugar à centralidade do Estado na intervenção do quanto e de onde for necessário.

Justificam-se, evidentemente, as ações estatais tomadas diante da complexidade da fase de baixa da economia desencadeada pela crise financeira. Mas isso, contudo, não pode ocorrer desacompanhado da revisão ampla e profunda do papel do Estado na sociedade moderna, sobretudo a respeito de sua primazia no atendimento dos ricos ante os pobres. De maneira geral, a experiência neoliberal assumiu a condição de defesa dos ricos, com o preconceito de que menos Estado representa mais mercado, mesmo não havendo comprovação empírica decente que possa suportar tal visão mecânica e estapafúrdia. Somente com

o retorno do Estado ao centro da coordenação econômica pode-se abrir nova fase para a regulação, que viabilize oportunidade equivalente a todos em torno do bem-estar socioeconômico. Mas, para isso, um novo ciclo do desenvolvimento nacional passou a ser constituído, o que permitiu inverter as prioridades estabelecidas pelo neoliberalismo.

2

Novo ciclo do desenvolvimento para valorizar o trabalho

O esgotamento do projeto desenvolvimentista, imposto pela crise da dívida externa no início da década de 1980, não fez do país órfão de um modelo econômico e social. Pelo contrário, posto que desde o final dos anos 1980 o modelo neoliberal foi sendo implementado no Brasil.

O entendimento acerca de que o Estado faria parte apenas dos problemas existentes levou à formulação de diversas profecias que não se concretizaram com o passar dos anos. Exemplo disso foi o próprio comportamento econômico durante os anos de hegemonia neoliberal. No plano internacional, observa-se que a opção pela inserção passiva e subordinada gerou grande fragilidade externa. Cada instabilidade externa produzia internamente a interrupção da expansão produtiva, com enormes consequências sociais negativas (desemprego, pobreza e informalidade).

No plano interno, percebe-se que a variação média anual do PIB foi de apenas 2,3%, favorecendo a financeiri-

zação da riqueza como medida de compensação crescente à tendência de baixa na taxa média de lucro do setor produtivo, desde o final de década de 1980. Assim, coube ao Estado a submissão plena ao regime de ajustes fiscais permanentes por meio do contingenciamento do gasto público, da privatização do setor produtivo estatal e da elevação da carga tributária. A opressão ao gasto público se revelou importante para o alcance da condição de macroeconomia

Ao limitar o gasto social em 19% do PIB, a experiência neoliberal comprimiu a expansão real do salário mínimo.

financeira, responsável pela transferência média anual de mais de 6% do PIB na forma de pagamento de juros aos segmentos rentistas. Mas o ajuste fiscal permanente trouxe, em consequência, o desajuste social, uma vez que as regiões metropolitanas mantiveram a taxa de pobreza acima de dois quintos da população e mais de um terço dos brasileiros estavam sub-

metidos à condição de baixa renda.

Ao limitar o gasto social em não mais do que 19% do PIB, a experiência neoliberal comprimiu a expansão real do salário mínimo, bem como manteve menos de 14% da população como receptora de medidas de garantia mensal de renda. A desigualdade na renda do trabalho manteve-se próxima de 0,6 no índice de Gini, enquanto a participação do rendimento do trabalho ficou abaixo de 40% da renda nacional.

A partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista. A identificação básica de que o Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir os traços do velho modelo nacional-desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Pelo contrário, assistiu-se à reafirmação da soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, seja pela passagem da condição brasileira de país devedor para a de credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, seja pela formação de significativas reservas externas, seja pelo redirecionamento do comércio externo e da cooperação técnica para o âmbito das relações Sul-Sul. Dessa forma, as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas fragilidades e dificuldades impostas durante a vigência do modelo neoliberal.

Por outro lado, os compromissos firmados com o avanço do sistema produtivo possibilitaram a expansão econômica nacional anual na média de 4,2%, mais a queda da despesa pública, considerando a financeirização da riqueza para quase dois pontos percentuais do PIB abaixo do patamar vigente durante a condução neoliberal do país. Com isso, houve a possibilidade de ampliação do gasto social de 19% para 22% do PIB, com a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia mensal de renda – e justamente a parcela da população que se localiza entre os 20% mais pobres.

Nos últimos anos houve a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia mensal de renda.

O resultado social se mostrou evidente, com a queda na taxa de pobreza para bem menos de um terço da população e na desigualdade de renda do trabalho para cada vez mais próximo de 0,5 no índice de Gini. O quadro geral de melhora socioeconômica apontou, inclusive, para a volta recente da mobilidade social, com forte ascensão dos segmentos na base da pirâmide social e incorporação de mais brasileiros no consumo de massa. A antiga figura de pirâmide social que identificava a distribuição pessoal da renda no país passou a se transformar numa nova figura, cada vez mais associada a uma pera (ou barril), o que expressa, sinteticamente, os avanços já colhidos pela força do atual modelo social-desenvolvimentista.

O contraste entre o Brasil de 2010 e o da década de 1990 parece inegável, uma vez que a sociedade conviveu, naquele período, com um dos piores desempenhos socioeconômicos de todo o século XX. A economia nacional transitou da queda acumulada de mais de 1 milhão de empregos formais, para o desempenho do mercado de trabalho extremamente dinâmico, com a geração de quase 6% do total de 45 milhões de postos de trabalho abertos no mundo. Na década de 1990, o Brasil não conseguia responder por 2,7% das ocupações criadas no planeta.

A explicação para isso está no compromisso do governo Lula em fazer com que a maior expansão da economia possa gerar o saldo de maior quantidade de empregos, que somente no período de 2008-2010 pode chegar a 7,5 milhões de novas ocupações. Algo muito distinto da medíocre expansão de somente 796,9 mil novos empregos acumulados entre 1995 e 2002, quando se dizia que os novos empregos somente viriam com as reformas neoliberais. Do universo ocupacional atualmente criado, dois terços pertencem ao setor terciário da economia (comércio e serviços em geral), acrescido de quase um terço de novas contratações impulsionadas pelo setor secundário (indústria e construção civil). O setor primário (agricultura e pecuária) responde por 5% do total das novas ocupações em todo o país. Ademais, destaca-se que quase 80% das vagas abertas concentram-se na faixa de remuneração mensal de até três salários mínimos, o que evidencia o fortalecimento da formalização do emprego na base da escala social do país.

Em resumo, o governo Lula poderá finalizar o seu mandato com taxa de desemprego próxima de 5% do total da População Economicamente Ativa (PEA), o que representaria quase a metade da verificada ao final do neoliberalismo no Brasil. Após duas décadas de grande sofrimento do

O quadro geral de melhora socioeconômica trouxe de volta a mobilidade social, com forte incorporação de mais brasileiros no consumo de massa.

povo trabalhador, o país teria condições de retornar ao quadro socioeconômico que antecedeu o desastre neoliberal.

Defesa da produção e ocupação nacional

Para que a negação do projeto neoliberal da década de 1990 não fosse apenas uma peça de retórica, foi necessária a inflexão brasileira em três áreas fundamentais. Inicialmente, o enfrentamento da vulnerabilidade externa, que fazia do país prisioneiro de decisões das agências multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outras) por força do elevado grau de endividamento externo e da concentração das exportações nos países ricos, conforme orientavam os defensores da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Desde 2003, a estratégia brasileira para o enfrentamento da vulnerabilidade externa concentrou-se fundamentalmente em:

(I) Diversificação dos parceiros comerciais, que permitiu reduzir o peso das exportações para os países ricos (de dois terços, em 2002, para menos de 50% em 2009) e aumentou a ênfase nas relações Sul-Sul (a China passou a ser o principal parceiro comercial, posto anteriormente ocupado pelos Estados Unidos);

(II) Resolução da dívida externa líquida do setor público, que passou de R\$ 237,5 bilhões, em 2002, para a situação de credor (o FMI, por exemplo, é devedor do Brasil);

(III) Criação do fundo soberano e forte ampliação das reservas internacionais (de US\$ 37,8 bilhões, em 2002, para US\$ 206 bilhões, em 2009).

Simultaneamente à reformulação do papel do Estado como estratégico para a reconstrução de um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, três movimentos podem ser destacados:

(I) A elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e energia (Plano de Aceleração do Crescimento) e o reforço das empresas e bancos estatais (somente o crédito cresceu de 24,2% do PIB, em 2002, para 45,9%, em 2009);

(II) A recomposição da remuneração e do emprego do funcionalismo público (de 486 mil servidores do governo federal, em 2002, para 545 mil, em 2009), especialmente na educação, que respondeu por 50,3% dos novos ingressantes no setor público federal, e na Justiça e Advocacia da União (um quarto dos novos empregos), sem alterar o peso relativo da despesa de pessoal no PIB, que era de 4,9% em 2002 e manteve esse mesmo índice em 2009;

(III) E, ainda, a criação de novas empresas públicas (de planejamento energético, de chips, entre outras) para o desenvolvimento da economia nacional.

O revigoreamento do Estado brasileiro transcorreu com ganhos de produtividade e sem desajustes das finanças públicas, uma vez que diminuiu o peso dos encargos com juros da dívida pública (de 12,8% do PIB, em

2002, foi para 4,8%, em 2009), isso compensou a elevação do gasto público justamente nos setores estratégicos e possibilitou reduzir o peso da dívida líquida do setor público (de 51,3% do PIB, em 2002, para 39,9%, em 2009) e manter o superávit fiscal.

Por fim, privilegiou-se a defesa do mercado interno por intermédio do choque distributivo, capaz de estimular tanto o consumo doméstico, como os investimentos públicos e privados. A política de rendas se deu na forma de três modalidades principais. A primeira, posta em marcha por meio da recomposição consistente do salário mínimo nacional, responsável pela garantia do aumento real acumulado de 53,5% entre 2003 e 2010 aos trabalhadores de baixa remuneração sem impacto inflacionário, muito menos na informalidade, na piora das finanças públicas e no desemprego. Pelo contrário, as taxas de inflação anuais passaram a figurar entre as menores registradas desde a instalação do Plano Real. A taxa de desemprego decresceu de 11,7%, em 2002, para 7,9% em 2009, assim como a informalidade também decaiu no mesmo período de tempo. Por força do aumento do salário mínimo, por exemplo, cerca de R\$ 1 trilhão foram colocados nas mãos dos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010.

A segunda modalidade de política de rendas a ser destacada refere-se às ações de apoio à transferência de rendimento, especialmente aos segmentos da base da pirâmide social. Ganha relevância, por exemplo, o papel da Previdên-

cia Social, que por meio da incorporação adicional de quase 5 milhões de novos beneficiados, e do próprio impacto da elevação do valor real do salário mínimo nacional, repassou 201,4 bilhões de reais em 2008 em comparação a R\$ 86,6 registrados em 2002. Também se ressalta a transferência de renda por parte dos programas de seguro-desemprego e abono salarial, cuja elevação no volume de recursos foi – no caso do seguro-desemprego – de R\$ 5,8 bilhões, em 2002, para R\$ 13,8 bilhões, em 2008, e, no caso do abono salarial, de R\$ 1,3 bilhão, em 2002, para 7,2 bilhões, em 2008 (focado nos empregos formais de até dois salários mínimos mensais).

Nestes casos, a elevação da transferência de renda se deu por força também do avanço na formalização do mercado de trabalho, que permitiu elevar tanto a taxa de cobertura dos beneficiários, como aumentar o valor real do salário mínimo nacional. Cabe, ainda, mencionar a ampliação do acesso aos programas de garantia de renda de responsabilidade da Assistência Social, diante da ampliação dos benefícios decorrente da aprovação do Estatuto do Idoso, dos avanços no programa de Benefício de Prestação Continuada para idosos e portadores de necessidades especiais pobres (de R\$ 5,2 bilhões, em 2002, para R\$ 15,6 bilhões em

Com o aumento do salário mínimo, cerca de R\$ 1 trilhão foram colocados nas mãos dos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010.

2008), seja pelo efeito do aumento do salário mínimo, seja pela inclusão de mais beneficiários.

Também se destaca o êxito do Programa Bolsa Família que, além de unificar os diversos programas governamentais anteriores, aumentou o valor do benefício (de R\$ 1,7 bilhão, em 2002, para mais de R\$ 11 bilhões de 2009) e a quantidade de famílias assistidas, que chegam hoje a 12 milhões de famílias beneficiadas. Resumidamente, constata-se o adicional de R\$ 170 bilhões nas diversas modalidades de transferência de renda à população fortemente concentrada na base da estrutura social no Brasil entre os anos de

**Entre 2002 e 2008
houve um adicional
de R\$ 170 bilhões
nas diversas
modalidades de
transferência de
renda à população.**

2002 e 2008, sendo R\$ 138,2 bilhões pela Previdência Social, 13,8 bilhões pelo seguro-desemprego e pelo abono salarial (para quem recebe até dois salários mínimos mensais), R\$ 10,4 bilhões pela Assistência Social e R\$ 8 bilhões por outros programas governamentais.

A terceira modalidade das políticas de renda adotada pelo governo Lula decorreu do conjunto de ações orientadas para a significativa expansão das operações de crédito, especialmente às pessoas físicas. Entre 2002 e 2008, por exemplo, o volume de recursos alocados por operações de crédito passou de R\$ 90,5 bilhões para R\$ 444,1 bilhões, com adicional de R\$ 353,6 bilhões. Por intermédio do crédito consignado aos trabalhadores ativos e inativos, assim

como pelas operações creditícias geradas pelo financiamento habitacional, houve a maior disponibilização de recursos para o endividamento das famílias, implicando adicional importância ao consumo no mercado interno. Tudo isso terminou sendo canalizado para o fortalecimento do mercado interno, capaz de protagonizar um novo ciclo de expansão econômica, cujos resultados não se apresentaram desprezíveis ao desempenho favorável do mercado de trabalho.

O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional, aliado aos esforços de melhor repartição da renda nacional, especialmente para os segmentos populacionais mais vulneráveis, constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda. A capacidade da economia nacional de gerar emprego se mostrou suficiente para absorver os trabalhadores ingressantes e parte dos que se encontravam desempregados, assim como as políticas de proteção social e trabalhista se apresentaram mais efetivas e eficazes no enfrentamento das mazelas sociais.

O melhor exemplo disso pode ser constatado pela queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil. Entre março de 2002 e julho de 2009, a taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28%. Com isso, a quantidade de pobres no Brasil metropolitano foi reduzida em 4,3 milhões de pessoas (-23,2%), passando de 18,5 milhões, em março de 2002, para 14,2 milhões, em julho de 2009. Do

universo de pessoas que saíram da condição de pobreza, 3,1 milhões faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, 72,1% do total da redução dos pobres. Somente 1,2 milhão dos que saíram da condição de pobreza (27,9%) eram inativos (crianças, estudantes, idosos, donas de casa etc).

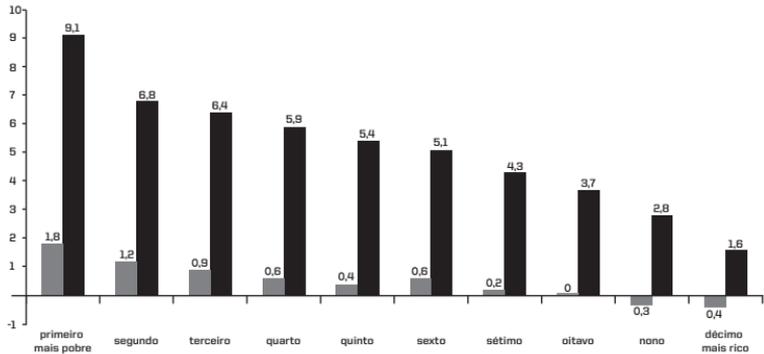
Quando se compara a evolução da PEA, observa-se que aquela constituída por indivíduos pobres foi reduzida em 40,8% (3 milhões), de 7,5 milhões (mar/2002) para 4,5 milhões (jul/2009), enquanto a PEA formada por trabalhadores não pobres aumentou 61,2% (7,1 milhões), saindo de 11,6 milhões (mar/2002) para 18,7 milhões (jul/2009).

Entre março de 2002 e julho de 2009, houve queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil. Nesse período, a taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28%.

Nesse mesmo período, o número de desempregados considerados na condição de pobreza decresceu em 554 mil indivíduos (-35%), pois se reduziu de 1,583 milhão (mar/2002) para 1,029 milhão (jul/2009). No caso do desemprego entre trabalhadores não pobres, a queda foi de 118,6 mil pessoas (-12,6%), passando de 942,7 mil (mar/02) para 824,1 mil (jul/09).

Gráfico 4

Brasil: variação do rendimento médio mensal real familiar per capita por decil de 1995 a 2002 e de 2003 a 2008 (em%).



Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração própria).

No caso da desigualdade na distribuição pessoal da renda, ocorrida no interior do conjunto do rendimento do trabalho, observa-se que desde 1990, salvo o ano de 1993, houve uma queda praticamente contínua. Em 2008, por exemplo, o índice Gini era de 0,54, bem menor do que o do ano de 1990 (0,60). A redução no índice de Gini segue, contudo, a determinações distintas. Na década de 1990, por exemplo, houve maior queda nos rendimentos dos níveis de maior remuneração, enquanto no período recente todas as classes de renda cresceram, sendo que os mais pobres tiveram maior expansão.

No período de 1995 a 2002, por exemplo, o rendimento médio familiar *per capita* mensal real dos 10% mais pobres cresceu 1,8% como média anual, enquanto o rendimento

médio familiar *per capita* dos 10% mais ricos decresceu 0,4% ao ano, em média. Por outro lado, percebe-se que entre os anos de 2003 e 2008, o rendimento médio familiar *per capita* cresceu generalizadamente em termos reais, principalmente para o segmento que se encontrava na base da estrutura social. Para os 10% mais pobres, o rendimento médio familiar *per capita* cresceu 9,1% ao ano, enquanto o rendimento médio familiar *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 1,6% anualmente, em média (ver Gráfico 4).

Resgate do padrão de sociedade salarial

Com a interrupção da hegemonia das políticas neoliberais, o Brasil voltou a recuperar a trajetória de construção do projeto de sociedade salarial. Isso ficou mais bem caracterizado pela forte elevação do emprego assalariado formal, bem como pela importância do movimento de ascensão social. A mudança na estrutura social brasileira somente ganhou dimensão a partir de 2004. Antes disso, como, por exemplo, entre 1997 e 2004, o segmento de baixa renda representava quase 34% do total da população nacional. A partir de 2005, a sua participação relativa reduziu-se rapidamente, a tal ponto de, em 2008, representar apenas 26% dos brasileiros, a menor participação relativa percebida desde 1995.

Sinteticamente, constata-se que o peso relativo da população pertencente à base da estrutura social (até R\$ 188

mensais) encolheu 22,8% entre 2005 e 2008, resultando diretamente do movimento de mobilidade ascensional de 11,7 milhões de pessoas que transitaram para estratos de maior renda. Dessa forma, o segundo estrato (médio, com rendimento de R\$ 189 a R\$ 465 mensais) e o terceiro estrato (superior, com rendimento mensal acima de R\$ 565 mensais) de renda do país ganharam maior representatividade populacional. Após 1997, cresceu relativamente a participação do estrato intermediário de renda, até 2005, quando apresentou um salto expressivo. Para o ano de 2008, o segundo estrato de renda representou 37,4% da população, enquanto em 1995 significava somente 21,8%. Entre os anos de 2004 (34,9%) e de 2008 (37,4%), o estrato intermediário registrou uma elevação relativa de 7,2% no total da população, que equivaleu à incorporação de 7 milhões de brasileiros nesta faixa.

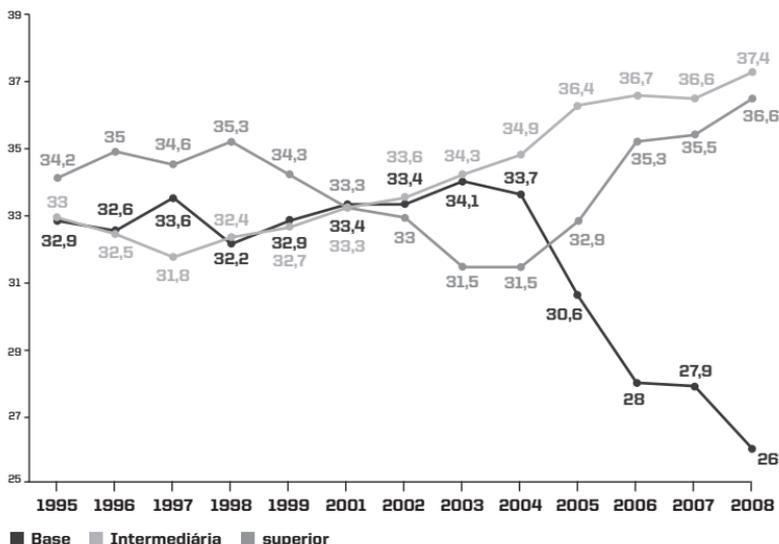
O nível superior de renda apresentou trajetória de perda relativa de participação populacional entre 1998 e 2004, saindo de 35,3% para 31,5% da população. A partir de 2005, contudo, passou a recuperar rapidamente o seu reposicionamento. Em 2008, por exemplo, o estrato superior respondeu por 36,6% do total da população brasileira, a mais alta participação registrada desde 1995. Entre 2004 (31,5%) e 2008

Entre 1997 e 2004, o segmento de baixa renda representava quase 34% do total da população nacional. Em 2008, caiu para apenas 26% dos brasileiros.

(36,6%), o crescimento da participação relativa foi de 16,2%, ou o equivalente a 11,5 milhões de brasileiros absorvidos no estrato superior de renda. Resumidamente, constata-se que somente entre 2005 e 2008, 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda, enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no segundo estrato de renda e 11,5 milhões de pessoas transitaram para o estrato superior de renda.

Gráfico 5

Brasil: evolução da estrutura social segundo três níveis de rendimento 1995 a 2008 (total = 100%).



Fonte: IBGE - PNAD (elaboração IPEA).

Base = até R\$ 188 mensais *per capita*.

Intermediária = de R\$ 189 a R\$ 465 mensais *per capita*.

Superior = acima de R\$ 465 mensais *per capita*.

As políticas do governo Lula têm provocado transformações recentes na estrutura social brasileira, com sinais inequívocos de ascensão social. Em grande medida, a maior ampliação do rendimento dos segmentos mais pobres da população permite ascender para níveis maiores de consumo. Uma possibilidade de dimensionar o movimento de ascensão social ocorre por meio da identificação dos indivíduos cujo rendimento individual mensal cresceu, em termos reais, acima da renda *per capita* nacional. Entre 2001 e 2008, por exemplo, a renda *per capita* nacional cresceu 19,8% em termos reais. Nesse mesmo período de tempo, 19,5 milhões de brasileiros registraram elevação real em seu rendimento individual acima da evolução da renda *per capita* nacional. Ou seja, 11,7% do total dos brasileiros ascenderam seus rendimentos acima da média da evolução da renda *per capita* real do país.

Considerado o total da população com desempenho superior à renda média do conjunto dos brasileiros, destaca-se que o conjunto de 13,5 milhões (69,2%) ingressou no estrato de renda intermediária, enquanto 6 milhões (39,8%) passaram para o estrato de renda superior. Na ascensão do primeiro para o segundo estrato de renda, destacam-se as regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (34,1%), uma vez que responderam por quase 71% do movimento nacional da mudança na estrutura social na base da pirâmide brasileira. Enquanto a região Sudeste registrou a inclusão de 4,9 milhões de indivíduos no segundo estrato de renda, o Nor-

deste incluiu 4,6 milhões, seguido de 1,5 milhão da região Sul (11,1%), 1,4 milhão da região Norte (10,4%) e 1,1 milhão do Centro-Oeste (8,1%).

Esse novo quadro social do Brasil encontra-se fortemente impulsionado pelo avanço do emprego assalariado, especialmente com carteira assinada. A forte expansão do emprego formal, que responde por oito a cada grupo de dez novos postos de trabalho gerados no Brasil no governo Lula, implica a retomada da marcha em prol da sociedade salarial. Com isso, o assalariamento ganha parcelas crescentes das ocupações, impondo novo ritmo de rendimento que contribui decisivamente para a massificação das normas de consumo de massa em todo o país. A ampliação generalizada do consumo popular, sobretudo no interior do terço de menor renda, explica a recente inflexão do trabalho com a marcha do novo ciclo de desenvolvimento nacional.

O trabalho sob o novo ciclo social-desenvolvimentista

A crise internacional de 2008 – assim com já havia sido possível observar na época da Depressão de 1929 – terminou por alargar o raio de manobra dos países, especialmente os não desenvolvidos, nas decisões a respeito da defesa da produção e do emprego nacional. Na década de 1930, por exemplo, a convergência liberal estabelecida pela hegemonia inglesa em torno do padrão-ouro e do Estado mínimo

transitou para o regime monetário de Bretton Woods, com ascensão dos Estados Unidos e o reposicionamento do Estado de Bem-Estar Social. Naquela época, por exemplo, o Brasil adotou medidas inovadoras de combate à recessão econômica, permitindo que o país saísse rapidamente da crise internacional. Simultaneamente, houve a reorganização de uma nova maioria política interna capaz de garantir a sustentação de um novo projeto de desenvolvimento urbano-industrial, muito distinto do primitivismo vigente na antiga sociedade agrária.

Durante as duas últimas décadas (1980 e 1990), o processo de globalização conduzido pelo Consenso de Washington forçou artificialmente a convergência entre países em torno das políticas neoliberais, com a imposição da redução do Estado e da desregulação financeira, produtiva e laboral. Os países que mais docilmente aceitaram o pacote neoliberal foram os que apresentaram os piores resultados econômicos e sociais, não obstante a estabilidade monetária alcançada. O caso dos países africanos e latino-americanos foi expressão disso ao longo dos anos 1990. Ademais, também se constatou o aparecimento incômodo do “duplo eleitorado” nas decisões nacionais, com a constante presença de dominantes vozes externas de instituições financeiras, consultorias e agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) a fazerem terrorismo sempre que surgiam oportunidades de adotar políticas econômicas alternativas ao marco neoliberal.

O CONSENSO DE WASHINGTON

A superação da Grande Depressão de 1929 resultou em nova expansão capitalista, não mais baseada na concorrência para todos, mas na regulação pública permanente, centrada na grande empresa industrial absorvedora de elevado contingente de empregados e pagadora de salário real em conformidade com os ganhos crescentes de produtividade. O equilíbrio de poder entre devedores e credores, que estava mais favorável à produção e ao emprego da mão de obra, terminou sendo rompido com o esgotamento pela crise da década de 1970, geradora de estagnação produtiva e alta inflação, originalmente encadeada nas economias capitalistas avançadas e, na sequência, nos demais países.

O retorno das políticas econômicas ortodoxas impulsionadas pelo neoliberalismo ocorreu a partir do final dos anos 1970, com as vitórias de Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos), cujo objetivo principal foi viabilizar o avanço do capitalismo financeiro. Para isso, os proprietários de ativos financeiros foram privilegiados com as decisões governamentais de combate à inflação a ferro e fogo pela política monetária de juros reais elevados e desregulamentação bancária e financeira.

Em última instância, coube ao Estado arcar com parte significativa do crescimento neoliberal, por meio da privatização do setor produtivo, elevação da carga tributária sobre os mais pobres e aumento do endividamento público sustentador do processo de financeirização da riqueza em favor dos rentistas. Também os trabalhadores foram penalizados com menos salários e precarização dos empregos, cujo resultado geral foi o crescimento das desigualdades econômicas, sociais e ambientais no mundo.

O receituário das políticas neoliberais adotadas generalizadamente terminou sendo conhecido mundialmente por Consenso de Washington,

a partir de sua síntese produzida em 1989 e difundida acriticamente por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, além da mídia, de colunistas liberal-conservadores e demais vocalizadores dos interesses financeiros. No Brasil, as ideias do Consenso de Washington ganharam importância a partir do final da década de 1980, sobretudo com a ascensão do neoliberalismo defendido pelos governos dos anos 1990.

A desordem financeira geradora da crise internacional em 2008 terminou expressando o quanto as finanças tornaram-se autônomas, cada vez mais operando como se fossem um fim em si mesmo, completamente desconectadas das necessidades da economia real e do conjunto da sociedade. Isso ainda pode ser presenciado nos dias de hoje, especialmente quando se compara o excelente desempenho dos lucros dos bancos e das bolsas de valores com o baixo dinamismo da economia e do rendimento da população. A despeito disso, observa-se que a liberação imediata e atual do Consenso de Washington por grande parte das economias no mundo evitou, em geral, que a crise internacional fosse ainda mais grave e profunda. Entre as mudanças conjunturais favoráveis à defesa da produção e do emprego nacional destaca-se, no Brasil, a redução na carga tributária e na taxa de juros, a elevação do salário mínimo, do seguro-desemprego e do Programa Bolsa Família e, ainda, a ampliação do gasto público, especialmente na sustentação do crédito e do investimento, alavancados por bancos e

As medidas do governo Lula em defesa da produção e do emprego ajudaram o Brasil a ingressar mais tarde e sair mais cedo da crise internacional

empresas públicas. Tudo isso ajudou o país a ingressar mais tarde e sair mais cedo da crise internacional, continuando, inclusive, a observar a redução da taxa de pobreza e da desigualdade na renda do trabalho.

Nas crises econômicas anteriores, tais como as de 1981-1983, de 1990-1992 e de 1998-1999, as medidas governamentais adotadas seguiram, invariavelmente, o sentido inverso. Ou seja, a elevação da carga tributária e da taxa de juros, a contenção no gasto público, sobretudo nos investimentos produtivos, quando não a privatização, sem garantir proteção social aos segmentos situados na base da pirâmide social. Além de não conter a crise, tais medidas terminaram por aprofundá-la durante mais tempo, tornando maior o sofrimento dos mais pobres pela perda de trabalho e pela redução salarial. Com base nisso, percebe-se que a recente liberação das economias do Consenso de Washington evitou, em geral, que a crise internacional fosse mais grave e profunda.

As mudanças conjunturais favoráveis à defesa da produção e do emprego não devem ser apenas momentâneas, mas sim fazer parte da consagração de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social sustentável ambientalmente. Essa oportunidade pressupõe a liderança política para tornar efetivo e duradouro o que terminou sendo

realizado pela emergência da crise internacional. Desta forma, o Brasil transita mais rapidamente para a sociedade pós-industrial, com importantes modificações no âmbito do mundo do trabalho.

Deve-se recordar que, na década de 1990, as teses a respeito dos “inempregáveis” e sobre o fim do emprego formal hegemonizaram o pensamento neoliberal no Brasil. Diante do ridículo dinamismo econômico imposto pela despreparada opção da abertura comercial, produtiva e financeira, o crescimento do desemprego, da informalidade e do desassalariamento regulamentado foi tratado pelos governos da época, bem como apoiado por especialistas de plantão, como fenômeno natural e intrínseco aos novos tempos. Frente à perspectiva tecnológica, inclusive, não haveria nada mais a fazer senão se conformar com o aumento dos “inempregáveis”, salvo a proposição da flexibilização do mercado de trabalho, pois visaria tornar o autoemprego a tábua de salvação dos que fracassavam. Nesses termos, a vítima – identificada pelos desempregados em expansão – foi associada ao atraso, incapaz de se encaixar na modernidade neoliberal. Modernidade essa que somente ousava flexibilizar o direito do trabalho, jamais o direito da propriedade.

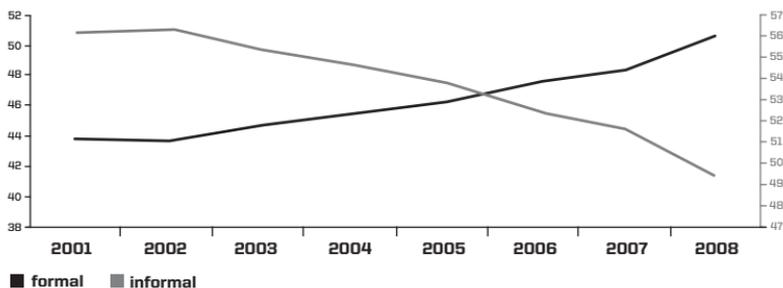
Com isso, qualquer defesa de medidas como a elevação real do salário mínimo ou a redução da jornada de trabalho era logo identificada como sinal de atraso. Ou seja, a volta aos velhos tempos da inflação alta e do protecionismo jurássico. Assim, o Brasil assistiu à queda contínua da par-

ticipação dos salários na renda nacional, ao mesmo tempo em que a precarização tomou conta do funcionamento do mercado de trabalho. Em 2004, por exemplo, a renda do trabalho respondeu por 39,3% de toda a renda nacional, enquanto que em 1990 representava 45,3%. Na mesma toada, o emprego formal perdeu posição para o informal, enquanto o desemprego pulou de menos de 3% para 9% da força de trabalho ao longo dos anos de 1990.

O mercado interno, em contrapartida, sofreu o impacto regressivo das opções neoliberais, com exclusão de parcela significativa da geração de jovens da possibilidade de encontrar no trabalho decente o caminho para a ascensão social. Da condição imposta de “inempregável”, a ilegalidade e a violência se ofereceram rapidamente como oportunidades crescentes na difícil transição da adolescência para a vida adulta, especialmente nas grandes regiões metropolitanas do país.

Gráfico 6

Percentual dos empregos formais e das ocupações informais (em %).



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

Somente a partir do ingresso no século XXI é que o abandono das teses neoliberais permitiu oxigenar a economia brasileira, com a promoção de políticas econômicas e sociais responsáveis pela expansão da produção em ritmo quase duas vezes maior do que o verificado nos anos 1990. Simultaneamente, a volta do dinamismo econômico para o mercado interno foi acompanhada de políticas afirmativas de defesa do salário mínimo e da legislação reguladora do mercado de trabalho. O decisivo aumento do salário mínimo, bem acima da inflação no período recente, ocorreu sem mudança no patamar baixo da inflação. Diferentemente das teses neoliberais, a ampliação do valor real do mínimo foi acompanhada de forte crescimento do emprego formal. Não houve, ainda, explosão da folha de pagamento do setor público, sobretudo nos pequenos municípios, tampouco a quebra de micro e pequenas empresas. Pelo contrário, mais de dois terços dos empregos formais gerados recentemente no Brasil foram provenientes dos micro e pequenos negócios.

A inconsistência das teses neoliberais foi comprovada recorrentemente pela força da realidade nacional. A parcela salarial voltou a recuperar posição em relação à renda nacional. Há, ainda, muito a ser recuperado, pois o estrago na década de 1990 foi profundo e precisa da continuidade do crescimento econômico sustentável para permitir a reconstrução do país em novas bases. Isso implica olhar o futuro com lentes adequadas, não apenas pelo espelho

O aumento do salário mínimo, bem acima da inflação, ocorreu sem mudança no patamar baixo da inflação. E, ao contrário das teses neoliberais, foi acompanhado de forte crescimento do emprego formal.

retrovisor. Para as próximas duas décadas, quando o Brasil deverá alcançar o auge demográfico, antes de ingressar na fase de redução absoluta de sua população, cabem avanços inclusivos para além do trabalho. Como a base das novas ocupações tende a ser o setor terciário, que expressa fundamentalmente o trabalho imaterial, sabe-se que este não mais precisa de um local determinado e fixo para a sua realização, conforme observado na agropecuária, indústria e construção civil.

Nos serviços, cada vez mais informatizados, o trabalho pode ser realizado em qualquer lugar e em qualquer horário, o que torna insatisfatório o sistema atual de regulação das relações de trabalho. Atualmente, a jornada de trabalho não somente está mais intensa no local de sua realização, como também está se levando para casa as novas demandas informacionais de trabalho (por telefone celular, computador, internet etc.). Tudo isso representa ganhos de produtividade cada vez mais fundados no trabalho imaterial, que continua não sendo tratado nas negociações coletivas pelos sindicatos, tampouco tributado pelo governo. O resultado vem sendo a concentração ainda mais ampla da renda e da riqueza, quase nada percebida pelas medidas de contabilidade so-

cial, que não conseguem captar os ganhos de produtividade provenientes da intensificação do trabalho.

Esse supertrabalhador requer outro padrão de segurança social e trabalhista. A CLT procura dar conta do trabalho material. Para o novo trabalho imaterial, o Brasil precisa consolidar um novo capítulo de leis sociais e trabalhistas. De um lado, a postergação do ingresso no mercado de trabalho para depois dos 20 anos de idade, conforme atualmente perseguido exclusivamente pelos filhos dos ricos. Eles entram mais tarde e, por isso, mais preparados para obter os principais postos de ocupação, enquanto os filhos dos pobres são condenados a ingressar muito cedo no mercado de trabalho. A consequência direta é a baixa escolaridade e a possibilidade de vir a ocupar os piores postos de trabalho do país, o que faz com que o funcionamento do mercado de trabalho reproduza a desigualdade entre pobres e ricos. De outro lado, a vinculação necessária da escola para toda a vida, não somente para as suas fases mais precoces. A sociedade pós-industrial faz com que a vida e o trabalho tornem-se muito mais complexos. É nesse sentido que a proposição da consolidação das leis sociais repõe a expectativa de nova regulação pública do trabalho contemporâneo com os desafios do trabalho imaterial.

TRABALHO IMATERIAL

O predomínio do setor agropecuário na sociedade agrária e do setor de manufatura na sociedade urbano-industrial indicou até então o uso generalizado do trabalho material. Noutras palavras, o resultado humano de seu esforço físico e mental identificado com a transformação da natureza generalizada em algo concreto, tangível, palpável. Na agropecuária, o resultado do trabalho humano encontra-se, por exemplo, identificado com a produção de alimentos (arroz, feijão, entre outros) e matéria-prima vegetal e mineral, enquanto na construção civil, o trabalho resulta em habitações, pontes, edifícios, entre outros, e na manufatura, tem-se a produção de vestuário, automóveis, eletrodomésticos etc.

Acontece que desde a segunda metade do século XX, inicialmente nos países capitalistas avançados e, posteriormente, nas demais economias, o setor terciário (comércio, serviços privados e públicos) passou, gradualmente, a ganhar maior dimensão, quando não o comando da dinâmica da expansão capitalista. O predomínio dos serviços nas atividades econômicas não implica irrelevância dos setores agropecuário e industrial, inclusive porque eles determinam, em grande medida, a natureza e a composição das atividades terciárias. Nos países com importância contida dos setores agropecuários e industriais, os serviços, em sua maioria, tendem a ser aqueles vinculados às atividades familiares (trabalho doméstico, limpeza, segurança, entre outros), cuja relação do trabalho com educação e remuneração não é direta, sendo geralmente muito baixa. Ao contrário das economias com importante setor agropecuário e industrial forte, que podem impulsionar mais os serviços de produção, distribuição e os sociais, com remunerações mais elevadas e relação direta da educação com a hierarquia salarial.

O trabalho imaterial que resulta do esforço humano não se transforma em algo concreto, palpável ou tangível. Além disso, pode ser cada vez

mais realizado em qualquer lugar, tendo em vista os avanços das tecnologias de informações e comunicação. Sem depender do esforço físico, em parte responsável pela enorme desigualdade de remuneração entre gênero, faixa etária e raça, o trabalho imaterial tem no conhecimento o seu principal ativo. Por esse motivo, o processo em curso de desmaterialização das economias modernas recoloca em novas bases os enormes ganhos de produtividade imaterial, capazes de viabilizar um novo padrão civilizatório, com jornada de trabalho pela sobrevivência não superior a 12 horas semanais, imerso no mercado de trabalho somente após a conclusão do ensino superior e educação para a vida toda.

3

Desafios às políticas públicas do trabalho no Brasil

Um conjunto de transformações econômicas, laborais e demográficas vem, desde o último quartel do século XX, impondo constantes revisões nos sistemas nacionais de formação e qualificação profissional em diversos países.

No Brasil, contudo, a mordada do neoliberalismo terminou por postergar o avanço dessas transformações. Somente no governo Lula passou a ser identificada a força das mudanças vinculadas ao aumento da expectativa média de vida e das competências laborais, com inegável efeito sobre a nova demanda educacional. Com isso, ganha impulso a defesa da educação para a vida toda, rompendo com a lógica de todo o século XX, de somente haver ensino para as fases mais precoces do ciclo da vida humana.

Adiciona-se a isso o avanço da sociedade pós-industrial neste início do século XXI, com postos de trabalho gerados fundamentalmente no setor terciário das economias, cuja natureza formativa diverge acentuadamente da inserção e trajetória laboral contínua no interior das atividades primárias e secundárias da produção.

Assim, as novas formas de organização da produção de bens e serviços terminam implicando exercício laboral para além do exclusivo local de trabalho. Ou seja, a possibilidade do exercício crescente do trabalho imaterial em qualquer local, sobretudo com as novas tecnologias de comunicação e informação que tornam o ser humano quase que “plugado 24 horas por dia no trabalho heterônomo”. Em síntese, nossa hipótese central assenta-se na discussão sobre a emergência dos investimentos na educação que alteraram a estrutura básica da formação profissional na inserção e trajetória laboral.

Atualmente, o Brasil convive com a formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações no conteúdo e nas condições de produção e gestão em rede das empresas. Procurando evitar uma possível inadequação entre demanda de trabalho mais exigente e oferta de trabalhadores de menor preparação, tornaram-se crescentes os requisitos de qualificação profissional e elevação das habilidades para o exercício laboral, cada vez mais distante do tradicional local de trabalho. Ao contrário do analfabetismo, tradicionalmente identificado nos séculos XIX e XX com o desconhecimento pleno da língua de origem, ganha destaque atualmente um novo tipo de analfabetismo imposto pela mudança técnica e informacional. Em geral, as perspectivas dos estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informa-

ção e das atividades multifuncionais, especialmente aquelas sustentadas por exigências crescentes de mais escolaridade e qualificação profissional.

Nesse sentido, os perfis ocupacionais tenderiam a se relacionar com a crescente capacitação tecnológica. Mas o cenário em construção para o mundo do trabalho parece refletir muito mais as mutações marcadas pela maior insegurança e competição, resultando na ampliação do analfabetismo funcional. Novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional e maior capacidade motivadora e habilidades laborais no exercício do trabalho. Esses requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional de qualidade dos trabalhadores. Mas isso, por si só, não corresponde, necessariamente, a garantia de maior nível nacional de ocupações, nem mesmo melhor qualidade no uso e remuneração da força de trabalho. Em síntese, cabe destacar, para além da forma de inserção na Divisão Internacional do Trabalho, o papel que possui a estrutura produtiva na determinação interna do nível geral de ocupação.

De maneira geral, a estrutura ocupacional da economia brasileira vem, em maior ou menor medida, seguindo as tendências de longa duração de transição do trabalho primário (agropecuário), passando pelo trabalho manufatura-

do até atingir o trabalho no setor terciário. Desde a década de 1980 o setor industrial vem perdendo participação relativa no total da ocupação. Com o movimento de redução relativa do emprego no setor industrial, ganha cada vez mais destaque o setor terciário na ocupação da maior parcela de trabalhadores, uma vez que o setor primário vem reduzindo a sua participação relativa no total da ocupação.

A expansão do setor terciário tem sido intensa, suficiente para compensar a queda na participação relativa das ocupações nos setores industrial e agropecuário, embora em ritmo inferior ao da expansão da força de trabalho, o que significa a presença de alto desemprego da mão de obra.

Tudo isso termina por corresponder à rápida internalização da revolução técnico-científica no processo de produção e consumo. Assim, o avanço da sociedade pós-industrial, cada vez mais apoiada no trabalho imaterial, tende a viabilizar uma profunda reorganização dos espaços urbanos atuais, fruto das exigências do exercício do trabalho em locais apropriados (fazenda para a agricultura e pecuária, fábrica e indústria para a manufatura etc). Pelo trabalho imaterial, a atividade laboral pode ser exercida em qualquer local, não mais apenas em locais previamente determinados e apropriados, bem como em qualquer horário.

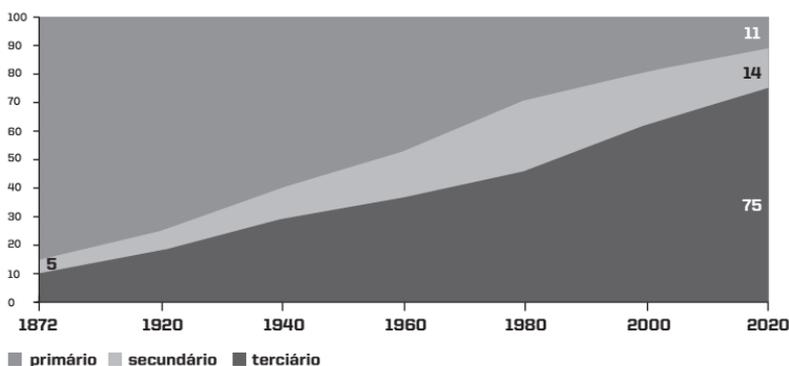
A reorganização social em comunidades territoriais torna possível evitar o elevado comprometimento tempo-

ral cotidiano com os deslocamentos da casa para o trabalho e vice-versa, entre outras tarefas comuns. Nesses termos, o fundo público precisará ser fortalecido tendo como base a tributação de atividades de produção e consumo ambientalmente degradantes e as novas formas de riqueza vinculadas à expropriação do trabalho imaterial.

Somente com a ampliação do fundo público torna-se possível postergar o ingresso no mercado de trabalho a partir dos 25 anos, com educação para a vida toda e jornada laboral de até 12 horas semanais. Tudo isso, contudo, pressupõe maioria política necessária para transformar o possível em realidade. Do contrário, o excedente de força de trabalho cresce, com atividades cada vez mais precárias e empobrecedoras, em meio à acumulação de nova riqueza global.

Gráfico 7

Brasil: evolução da composição setorial das ocupações (em %).



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Transformações estruturais no mundo do trabalho

As principais transformações históricas no processo de formação para o trabalho humano encontram-se associadas às formas como as sociedades conseguiram se organizar para a geração e distribuição da riqueza. O mundo que emerge neste começo do século XXI apresenta-se mais produtivo e com geração de riqueza em escala muito acima das necessidades de atendimento humano global, recolocando novamente uma oportunidade ímpar de construção de uma sociedade em patamar superior.

De maneira geral, a evolução das sociedades tem permitido ao homem libertar-se gradualmente do trabalho vinculado tão somente à estrita necessidade de sobreviver. Nas sociedades agrárias, por exemplo, o trabalho voltava-se fundamentalmente para o estrito objetivo de prover a sobrevivência, exigindo que o seu exercício ocorresse desde a fase infantil até o envelhecimento terminal. Assim, a população encontrava-se prisioneira do trabalho pela sobrevivência, quando a expectativa média de vida estava ainda abaixo dos 40 anos de idade e a jornada de trabalho consumia três quartos do tempo de vida. Nessas sociedades, o trabalho pela sobrevivência era realizado no próprio local de moradia. Quem morava no meio rural, trabalhava no meio rural, sendo a formação para o trabalho vinculada a partir dos 5 ou 6 anos de idade à imitação dos mais ve-

lhos. A transmissão da tecnologia e dos modos de trabalho pertencia à tradição de longo prazo de valorização dos mais velhos, que tinham como missão preparar os mais novos para a continuidade das atividades laborais no longo prazo. As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento pela prática e pela cultura oral.

Noutras palavras, o processo de formação para o trabalho ocorria simultaneamente ao exercício do próprio trabalho. Não havia inatividade para a aprendizagem, sem separação nítida entre tempo de trabalho e de não trabalho para formação. Exemplo disso eram os processos de formação para o trabalho durante a Idade Média pelas antigas guildas, ou da aprendizagem nas corporações de ofício.

A partir do século XIX, com a transição para a sociedade urbana e industrial, surgem novas modalidades emancipatórias na condição de trabalho, fundado quase exclusivamente na luta pela sobrevivência. Os avanços transcorrem por meio da possibilidade de parcela da população (crianças, adolescentes, deficientes físicos e mentais, doentes e idosos) poder viver sem estar mais sujeita à condenação ao trabalho para o estrito custeio da sobrevivência, assim como por meio da redução da carga horária de trabalho aos segmentos sociais ativos e da proteção aos riscos do trabalho penoso. Esses avanços somente ocorreram com a construção de fundos públicos capazes de viabilizar o financiamento da inatividade de crianças, adolescentes e idosos,

por meio de uma garantia generalizada de serviços (saúde, transporte e educação pública), bens (alimentação, saneamento e moradia) e rendas (bolsas e subsídios). Assim, em conformidade com a expansão da base material da economia tornou-se possível elevar o padrão de bem-estar social por meio de grandes lutas sociais e políticas.

Em função disso, o processo de formação para o trabalho se tornou organizado em grandes estruturas institucionais que passaram a atuar sob a inatividade que atingiu a fase precoce do ciclo de vida. Ou seja, a formação para o trabalho ocorria com o ingresso no mundo da educação para crianças, adolescentes e jovens, geralmente liberados do exercício do trabalho. Uma vez concluído esse circuito de formação, ingressava-se no mundo do trabalho para, depois de 30/35 anos de tempo de trabalho, novamente ingressar na vida inativa das aposentadorias e pensões. Em geral, durante a vida adulta, após a conclusão do processo de formação básica do conhecimento educacional, o contato com a formação era esporádico, quando não atinente ao segmento interno das grandes empresas que operam com plano de cargos e salários associados à formação corporativa.

Do ponto de vista da formação profissional por instituições públicas, geralmente associadas ao sistema público de emprego (seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação), a sistemática procurava atender tanto a problemas de curto prazo (desemprego conjuntural) como de longa duração (desemprego estrutural). As-

sim, o processo de formação tendia a focar, principalmente, o ingresso no mercado de trabalho, ainda que não desconsiderasse as possíveis interrupções na trajetória laboral impostas pela condição do desemprego.

A partir do final do século XX, com a emergência da sociedade pós-industrial, passaram a ser abertas novas perspectivas de elevação do trabalho humano para além da obrigação estrita pela sobrevivência. A crescente postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a maior redução no tempo do trabalho dos adultos, em combinação com a ênfase no ciclo educacional ao longo da vida, representam novas possibilidades para o trabalho no mundo, especialmente quando a expectativa de vida pode se aproximar dos 100 anos de idade.

Tudo isso, contudo, encontra-se inserido no contexto mais amplo de transformação econômica, oriunda da reorganização profunda da produção durante as duas últimas décadas. O melhor entendimento a respeito das transformações pós-industriais permite identificar os novos fatores determinantes da formação para o trabalho neste começo do século XXI.

Avanço do trabalho imaterial e suas implicações regulatórias

O processo de trabalho vigente durante o auge da economia urbano-industrial passa por profundas alterações

desde a década de 1970, com a constituição de novos e diferenciados espaços mundiais de acumulação de capital. Concomitante, assiste-se ao avanço de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, que se fundamenta cada vez mais na separação entre a concepção e a execução laboral no interior do conjunto das atividades econômicas. Diferentemente do que prevaleceu ao longo do século XX, a atual Divisão Internacional do Trabalho tende a abandonar a tradicional separação entre o trabalho agrário e o industrial. A adoção de novas estratégias de competitividade e de produtividade, representada por uma nova conduta empresarial, seria uma das principais razões explicativas para as intensas mudanças na organização do trabalho.

Na maior parte das vezes, as alterações vêm produzindo sinais que resultam da combinação entre inovações e retrocessos no âmbito das relações de trabalho, tendo em vista que o movimento maior de reestruturação das empresas se fundamenta tanto na economia do conhecimento, como na economia da financeirização da riqueza. Entre os segmentos que compõem o curso da reestruturação capitalista, encontram-se, entre outros, os segmentos de informação e comunicação e os da biotecnologia, responsáveis pelo aparecimento de novas relações entre o trabalho manual e o intelectual.

Para além da tradicional Divisão Internacional do Trabalho que demarcou todo o século XX, por meio da setorização do trabalho urbano-industrial e agropecuário,

Entre os segmentos que compõem a reestruturação capitalista, encontram-se os de informação e comunicação e os da biotecnologia, responsáveis por novas relações entre trabalho manual e intelectual.

percebem-se avanços significativos nas atividades laborais centradas na concepção ou na execução em marcha na geoeconomia mundial do emprego da mão de obra. Mas isso, contudo, não vem se manifestando sem a plena subordinação do trabalho intelectual à lógica de acumulação capitalista, com a evolução da intelectualização nos procedimentos de trabalho nos setores industriais e de serviços, bem como na generalização do consumo.

De certa forma, prevalece um conjunto de intensas disputas empresariais seguidas pela apropriação do conhecimento e da tecnologia, o que contribui para a constituição de um novo paradigma organizacional do trabalho, muito distinto do que prevaleceu durante o auge da economia industrial no século passado. Mesmo que o padrão fordista-taylorista de organização do trabalho urbano-industrial venha sendo reprogramado, com as modificações introduzidas por uma série de novidades processuais no âmbito da produção flexível (*toyotismo, just in time*), permanecem ainda os sinais de sua incapacidade plena no atendimento de um conjunto de determinações, imposto pelos diferenciados e inovadores espaços de acumulação de capital.

Talvez por isso, as renovadas configurações no interior do antigo padrão fordista-taylorista, como as redes de produção e distribuição no espaço mundial, terminam por combinar tanto o novo como o velho nas relações de trabalho. Em outras palavras, situações de produção portadoras de novas condições e relações de trabalho coexistem com retrocessos nas atividades laborais próximas das existentes no século XIX.

FORDISMO, TAYLORISMO E TOYOTISMO

A partir do final do século XIX, com os avanços produzidos pela segunda Revolução Industrial e Tecnológica, geradora de novos produtos como energia elétrica, telefone, automóvel, eletrodomésticos etc, o modo de produção capitalista passou a conviver com crescentes desequilíbrios. Os dois principais foram aqueles relacionados às normas de produção e consumo e à relação e condições de organização do trabalho no interior das empresas.

Dada a dificuldade de produzir bens de elevada complexidade e escala, como o automóvel, por exemplo, que dependia da concentração de milhares de trabalhadores no interior das empresas, ganhou importância a aplicação dos métodos cartesianos de organização do trabalho do engenheiro mecânico estadunidense Frederick Taylor (1856-1915). As teses do “pai da administração científica”, como ficou conhecido, implicavam elevar ao limite máximo a produtividade dos empregados por meio da especialização das funções e do parcelamento das atividades laborais. Também em busca de crescente produtividade encontrava-se Henry Ford (1863-1947), o empresário estadunidense emergente dono

da grande montadora de automóveis Ford, preocupado tanto com a escala crescente de produção organizada na forma de uma linha de montagem, como com os limites do consumo de novos bens de maior valor unitário. Ou seja, como fazer que produtos cujo preço final alcança valor muito acima da remuneração da maior parte da população pudessem ser consumidos em massa. O atendimento das reivindicações dos trabalhadores de elevação do salário e redução da jornada de trabalho foi a solução, em contrapartida à visão empresarial prevalecente nas primeiras décadas do século XX.

Os anos dourados dos ganhos crescentes de produtividade, decorrentes da positiva combinação entre a expansão da produção e o consumo em massa pela distribuição da renda, terminaram apresentando sinais de contração a partir da década de 1970, com o esgotamento dos métodos taylorista-fordista de organização do trabalho. Frente a isso, emerge um novo sistema de produção liderado pela montadora Toyota, a partir da difusão do método desenvolvido pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno (1912-1990). Ao contrário da produção fordista em grande escala, enriquecida por estoques e pela contratação direta de grande parte de empregados e de milhares de fornecedores, surge o toyotismo, assentado na produção flexível. Ou seja, a produção ao justo tempo (*just in time*) do consumo implicou avançar a terceirização das contratações de trabalhadores, compartilhar a produção e os riscos com os fornecedores, o que permitiu reduzir os custos de produzir e elevar ainda mais a produtividade. Em compensação, os ganhos dos trabalhadores descolaram-se da produtividade e cresceu o movimento de fusão das empresas, formando grandes companhias transnacionais capazes de operar em rede e colocar seus produtos em todo o mundo.

Assim, em meio à expansão generalizada do padrão de trabalho asiático (flexível, com extensa jornada, baixo salário e elevada rotatividade), agrupam-se algumas referências localizadas de avanços nas condições e relações de trabalho condizentes com as expectativas do século XXI (reduzida jornada, alta remuneração e estabilidade ocupacional). Por não se constituir na sua totalidade, o novo padrão de trabalho tende a reproduzir algumas similitudes já percebidas no antigo processo laboral, como a organização das atividades de serviços de escritório e de prestação de serviços vinculadas às atividades de produção (assalariado e autônomo), com a repetição racionalizada e em grandes escalas para o exercício de tarefas fracionadas e controladas por tempo (taylorista), geralmente comprometidas com ganhos crescentes de produtividade (fordista).

No interior do padrão de produção fordista justificou-se a separação entre o trabalho intelectual, caracterizado por cargos de direção e supervisão dispersos nas atividades de administração e supervisão, e o trabalho manual representado pelo conjunto de empregados alocados no chão da fábrica para execução de uma série de atividades simplificadas por repetição e rotina. Dessa forma, a subsunção do trabalho no âmbito do processo produtivo urbano-industrial passou a generalizar-se desde o século XIX, quando os trabalhadores do artesanato e de ofício perderam a capacidade de continuar monopolizando as técnicas de produção, antigamente concentradas nas corporações

de ofício que predominaram até a Idade Média (guildas). Até então, a finalidade principal do sistema corporativo era a preservação do controle do processo de trabalho por mestres-artesãos, cuja reprodução do saber produtivo era quase monopólio das antigas escolas de artes e ofícios. Mas, combinado com a introdução da mecanização no interior da produção, emergiu um conjunto de novas técnicas de ordenamento das atividades laborais que permitiram a difusão de novos processos de trabalho no capitalismo industrial do século XIX, muitas vezes de menor qualificação que as atividades de ofício.

De um lado, o avanço da mecanização foi retirando simultaneamente a autonomia do trabalho humano, tornando o empregado uma espécie de apêndice da máquina, que estabelecia os ritmos e a organização do trabalho. De outro, as novas técnicas sistêmicas de gerenciamento da mão de obra, originalmente capturadas dos antigos segredos de ofício, passaram a permitir a simplificação do trabalho, por meio de fracionamento, repetição e rotinização das atividades laborais. Assim, o estabelecimento dos princípios da chamada organização científica do trabalho ganhou maior dimensão com a estruturação do padrão industrial da grande empresa. Mas somente com a Grande Depressão de 1929 o processo de trabalho taylorista (simplificação, fragmentação, repetição e rotinização) foi associado ao paradigma fordista de produção e consumo em grande escala de serviços e bens manufaturados.

Em síntese, a subsunção do trabalho foi determinada por condições técnicas que alteraram profundamente o processo de trabalho. Na Primeira Revolução Industrial (1750-1820), com a introdução da máquina-ferramenta, o conhecimento do trabalho artesanal foi absorvido pela manufatura, permitindo o crescimento extraordinário da produtividade do trabalho. O processo de trabalho individual e autônomo do artesão qualificado transitou para o processo de trabalho coletivo desqualificado do empregado subordinado, ao ritmo da produção estabelecido pela máquina. Com o avanço da industrialização, esse novo processo de trabalho foi sendo generalizado internacionalmente, inclusive em nações periféricas como o Brasil, ao longo do século XX. Mas, com o esgotamento do padrão fordista de produção e consumo em massa a partir da década de 1970, não apenas o circuito da produção de bens e serviços sofreu alterações profundas, como se modificaram os processos tradicionais de trabalho. No âmbito das atividades de serviços, que ganham predominância na estrutura produtiva, o processo de trabalho tende a se manifestar distintamente daquele vigente na produção urbano-industrial.

Em primeiro lugar, porque o segmento de serviços compreende um amplo conjunto heterogêneo de atividades, embora metodologicamente classificado ainda hoje como um só. Assim, por exemplo, o transporte, a logística, a hospedagem, o ensino, a comunicação, o comércio, as finanças, a administração pública, entre outros, fazem

parte do amplo setor terciário das atividades econômicas, já que eram justamente aquelas atividades que restavam da tradicional divisão entre os setores primário (agricultura, pecuária, extrativismo) e secundário (indústria, construção civil).

Em segundo lugar, porque a categoria de trabalhadores alocada no setor de serviços abrange uma enorme diversidade de formas de contratação laboral nos segmentos estruturados, que incluía as atividades assalariadas de gerência e supervisão em escritórios, por conta própria e autônoma, bem como estratégias simplificadas e brutalizadas de sobrevivência (subemprego e informalidade). Em termos gerais, algumas ocupações se diferenciavam por ser reconhecidas como de classe média, justamente por não se situarem no chão de fábrica e não permitirem a formação de estoques decorrentes da simultaneidade dos procedimentos de produção e consumo e do uso ilimitado de máquinas que substituíssem o trabalho humano.

O setor de serviços tem por característica a absorção adicional de parcela da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários da economia, geralmente em ocupações precárias. Por meio do segmento informal, a organização do trabalho abriga nos serviços diversas estratégias humanas de sobrevivência, podendo chegar a atender, inclusive, o consumo final dos segmentos de alta renda e de setores empresariais nas formas de atividades serviçais ou até no interior das cadeias produtivas.

Mais recentemente, com a busca de novos espaços de acumulação de capital frente à crise do padrão taylorista-fordista de produção e consumo, o processo de trabalho passou a sofrer profundas e intensas modificações. Ocorreu, por um lado, o enorme excedente de mão de obra e, por outro, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação em redes organizacionais associadas aos diversos espaços territoriais no planeta, com processo de trabalho cada vez mais caracterizado pela subcontratação da mão de obra.

Com isso, os ganhos de produtividade se tornam ascendentes, embora de difícil mensuração pelos tradicionais cálculos que relacionam avanços na produção física com hora efetivamente trabalhada ou quantidade de trabalhadores. Por ser cada vez mais direto, relacional e informacional, e ainda demarcado por relações de tipo produtor e consumidor, o trabalho de natureza imaterial vai permitindo o avanço do autosserviço e, fundamentalmente, da terceirização.

Diante disso, ressalta-se que o Brasil tem se utilizado das crises internacionais para impor mudanças no marco regulatório do mercado de trabalho. A partir da grande crise de 1929, o país se apresentou profundamente diferente da-

O setor de serviços tem por característica a absorção adicional de parcela da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários da economia, geralmente em ocupações precárias.

quele que ingressou na maior crise do capitalismo mundial do século XX, com o avanço do projeto nacional de construção da sociedade salarial, por meio do avanço da urbano-industrial. Em 1943, por exemplo, a CLT foi implementada para algo que ainda era residual no país: o emprego assalariado urbano. Naquela época, o meio rural respondia por quatro de cada cinco ocupações. Por força do ciclo de forte expansão econômica entre as décadas de 1930 e 1970, o grau de cobertura da legislação social e trabalhista aumentou rapidamente no interior do mercado de trabalho assalariado.

Na década de 1940, quando da criação da CLT, havia, para cada grupo de dez ocupados, somente um protegido. Quatro décadas depois, o Brasil conseguiu cobrir com proteção social e trabalhista mais de 50% do total dos ocupados. A partir disso, o grau de proteção dos ocupados estancou e sofreu importante redução ao longo das décadas de 1980 e 1990. Inegavelmente, a regressão na tendência de proteção social e trabalhista coincidiu com a adoção de medidas de flexibilização laboral. Não fosse o interregno da semiestagnação socioeconômica das duas últimas décadas, complementadas pela força do neoliberalismo, o Brasil seria atualmente a terceira economia do mundo, com 90% do total dos ocupados protegidos pela legislação social e trabalhista.

Apenas com o abandono do projeto liberalizante, o grau de cobertura social e trabalhista da população voltou a retomar a tendência de expansão, permitindo que, em 2007, um a cada dois ocupados voltasse a estar protegido. Mas nas

regiões Norte e Nordeste apenas um terço do total da ocupação encontra-se com algum grau de proteção social e trabalhista, enquanto no Sudeste essa proteção alcança dois terços dos postos de trabalho. Quanto mais baixa a remuneração do trabalho, maiores as dificuldades de vinculação com a legislação social e trabalhista existente no país.

Na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, que responde por quase 40% do total dos ocupados, somente dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista. Já na faixa de remuneração dos ocupados com dez salários mínimos mensais e mais, cerca de 80% dos postos de trabalho estão protegidos no Brasil.

Ademais do diferencial de remuneração, prevalece o tipo de ocupação como determinante da maior ou menor presença do sistema de proteção social e trabalhista. No caso dos trabalhadores por conta própria, que representam mais de 21% do total da ocupação dos brasileiros, o acesso à legislação que formaliza a relação de trabalho é relativamente baixo. Nas regiões Norte e Nordeste, um quarto dos ocupados são trabalhadores por conta própria, ou seja, artesãos, chapeleiros, barqueiros, chaveiros, costureiras, eletricitistas,

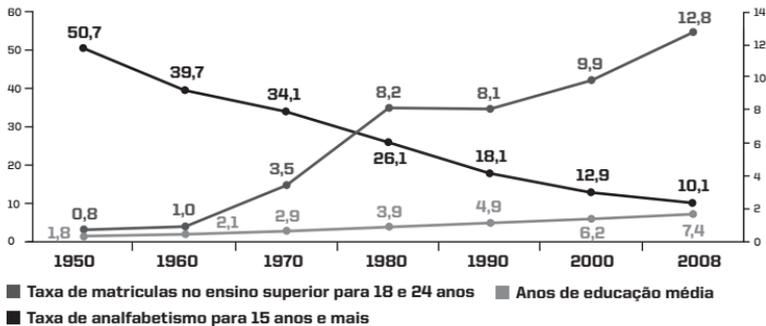
Não fosse a semiestagnação socioeconômica das duas últimas décadas, o Brasil seria atualmente a terceira economia do mundo, com 90% dos trabalhadores protegidos pela legislação social e trabalhista.

vidreiros, doceiras, animadores de festas, cabeleireiras, manicures, camelôs, pipoqueiros, adestradores de animais, entre outras tantas tarefas ocupadas por brasileiros em busca de uma remuneração. No Brasil como um todo, são quase 20 milhões de trabalhadores que operam praticamente sem amparo legal e proteção social e trabalhista.

Nesse sentido, a nova legislação do Microempreendedor Individual (MEI) abre perspectivas de inclusão social e trabalhista. Com pagamento mensal de R\$ 51,15 por mês ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), acrescido de forte abatimento no pagamento de impostos indiretos, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) municipal, todo trabalhador por conta própria com renda de até R\$ 36 mil ao ano poderá ser beneficiado com a formalização do negócio, acesso bancário e produtos e serviços de créditos, além dos benefícios previdenciários de auxílio de pensão por morte, salário-maternidade e aposentadoria. Trata-se de um grande esforço no sentido de ampliar a cobertura social e trabalhista de um quarto dos trabalhadores do país. Com isso, constata-se que, frente à grande heterogeneidade das ocupações, não há a necessidade de diversificar o sistema de proteção social e trabalhista. Não cabe apenas a legislação de cobertura dos assalariados, mas cada vez mais um código dos trabalhos não assalariados, capaz de atender às especificidades do mercado de trabalho atual.

Gráfico 8

Brasil: evolução da taxa de analfabetismo (15 anos e mais) e taxa de matrículas no ensino superior entre 18 a 24 anos em percentual e anos médios de escolaridade.



Fonte: IBGE, Censos demográficos e PNAD (elaboração própria).

A diversidade de ocupações, geradas no âmbito do crescente mundo do trabalho dos serviços, implica romper com o processo de ensino e aprendizagem que vinha sendo ofertado somente para a formação da elite branca. Durante o governo Lula, a expansão do sistema de ensino superior e das escolas técnicas aponta para a democratização da educação. O exemplo de funil para representar o acesso muito restrito ao ensino universitário pode dar a equivocada impressão de que poderia haver competição elevada. Longe disso, a competição, de fato, localiza-se na base da pirâmide social, especialmente no abandono da condição do analfabetismo. Para isso, o simples ingresso, ainda que por poucos anos, no ensino básico seria o elemento diferenciador dos filhos em relação ao analfabetismo dos pais,

Durante o governo Lula, a expansão do sistema de ensino superior e das escolas técnicas aponta para a democratização da educação.

bem como para a disputa das vagas mais simples no mercado geral de trabalho. Para os filhos dos segmentos de maior renda, o ingresso ao ensino superior não representaria o mesmo esforço comparável ao da base da pirâmide social. Além da qualidade do ensino, o certificado de conclusão educacional representava um verdadeiro passaporte para os melhores postos de emprego a serem ocupados pela elite branca.

Nesses termos, o funcionamento do mercado de trabalho se limitou a reproduzir o padrão de desigualdade originário do brutal descompasso de renda e riqueza no conjunto da população. Entre as décadas de 1930 e 1960, por exemplo, o acesso ao ensino superior ficou estancado no patamar de não mais de 1% da população de 18 a 24 anos de idade, enquanto a taxa de analfabetismo decrescia mais rapidamente, embora permanecesse representando cerca de 40% dos brasileiros. De tudo isso, percebemos que o esforço de regulação e reorganização do sistema educacional se apresenta como estratégico nos próximos anos, para o enfrentamento dos desafios colocados pelo ingresso na nova sociedade do conhecimento. O papel do Estado é fundamental para garantir a universalidade das oportunidades no trabalho ao conjunto dos brasileiros.

Rumo ao novo padrão civilizatório

Neste começo de século, o trabalho permanece central na luta histórica pela constituição de uma sociedade superior no Brasil. Isso implica transitar cada vez mais do trabalho, enquanto condição de financiamento da sobrevivência, para a posição de desenvolvimento humano integral. Historicamente, quando se tornou possível combinar o progresso das forças produtivas com a atuação progressista das lutas sociais e políticas, houve avanços no padrão de vida da população. Em geral, associados à redução do grau de exploração econômica das classes trabalhadoras por meio da elevação do padrão regulatório do mercado de trabalho.

No final do século XIX, a luta dos abolicionistas permitiu abandonar a longa experiência de quase 400 anos de trabalho escravo. Da mesma forma, a trajetória mobilizadora da Revolução de 1930 resultou no estabelecimento do primeiro código nacional de trabalho – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), responsável pela: redução da jornada de trabalho para 48 horas semanais, limite mínimo de ingresso no mercado de trabalho aos 14 anos de idade, salário mínimo e aposentadoria após o tempo de serviço, entre outras medidas civilizadoras do padrão de uso e remuneração dos ocupados urbanos.

Ainda destacam-se as lutas dos trabalhadores em torno da universalização da regulação do trabalho das cidades para o campo, com a criação do Estatuto do Trabalhador

Rural, em 1963, bem como na Constituição Federal de 1988. E também a redução da jornada para 44 horas semanais, a equivalência de aposentadorias entre ocupados urbanos e rurais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apontou para o ingresso no mercado de trabalho a partir de 16 anos de idade, além de outras modalidades de regulação favorável aos que dependem do seu próprio esforço físico e mental para sobreviver.

Neste começo do século XXI, quando o curso da revolução tecnológica faz crescer ainda mais o potencial material de produzir, o brasileiro encontra a oportunidade histórica de se libertar mais rapidamente da dependência do trabalho para a mera sobrevivência. Noutras palavras, o estabelecimento de um novo código do trabalho fundamentado na educação para toda a vida, na postergação do ingresso no mercado de trabalho para após a conclusão do ensino superior e na contenção maior do tempo de trabalho.

A trajetória de luta dos trabalhadores, submetidos ao modo de produção capitalista, tem sido demarcada pela libertação do tempo de vida comprometido com o trabalho pela sobrevivência. Durante a predominância da sociedade agrária no século XIX, por exemplo, viver, para a maioria dos brasileiros, era fundamentalmente trabalhar pela sobrevivência. O ingresso no trabalho ocorria muito cedo, com jornada diária de até 16 horas durante toda a semana, sem férias, e trabalho para a vida toda, já que não existiam sistemas de aposentadoria e pensão. Ou seja, jornada de tra-

balho era de 112 horas semanais em quase todos os 365 dias no ano, o que resultava em quase 6 mil horas anuais despendidas com o trabalho para a sobrevivência.

Na transição do trabalho rural para o urbano-industrial, as primeiras intervenções públicas direcionadas à emancipação da criança, do adolescente, do deficiente e dos idosos da condição de trabalho pela sobrevivência ganharam maior evidência. Por intermédio da proibição do trabalho para os menores de 14 anos de idade, tornou-se possível aos filhos dos trabalhadores o acesso à educação e a maior convivência familiar. Para isso foi fundamental a implantação de legislação que estabeleceu o limite mínimo de idade para ingresso no mercado de trabalho. Na sequência, a regulação pública do trabalho avançou no sentido de estabelecer a jornada máxima do trabalho regular por semana (48 horas, com descanso dominical), adicionada das férias e feriados anuais. Com isso, a quantidade de trabalho para o financiamento da subsistência foi reduzida de 365 para 276 dias ao ano, equivalendo a jornadas de trabalho de 2 mil horas por ano.

Em síntese, a elevação da produtividade compartilhada com a redução do tempo de trabalho somente se tornou

A revolução tecnológica requer um novo código do trabalho fundamentado na educação para toda a vida toda, no ingresso no mercado de trabalho após o ensino superior e na redução da jornada.

possível mediante a constituição de um fundo público que capturasse parcela da renda dos ricos, necessária ao financiamento coletivo da inatividade das crianças, adolescentes, deficientes e idosos. Nesse sentido, somente a luta social e política, para regulamentar o mercado de trabalho e estabelecer reformas tributárias que financiassem a emancipação do trabalho pela sobrevivência, permitiu a contingentes crescentes de brasileiros sem propriedade dos meios de produção viver sem o trabalho precoce, de idosos, doentes e portadores de necessidades especiais, bem como o maior tempo de vida fora do local de trabalho.

Os recursos públicos se mostraram fundamentais para a universalização da oferta de serviços, como transporte, lazer, esporte, saúde e escola, acompanhada do pagamento de benefícios monetários (bolsa de estudo, pensão e aposentadoria) necessários à equalização do padrão de vida, antes somente assegurado às classes dominantes. Com isso, filhos e avós das classes trabalhadoras conseguiram ascender ao estágio do financiamento público da inatividade, o que possibilitou a emancipação temporária do perverso funcionamento do mercado de trabalho.

Atualmente consolida-se uma nova transição do trabalho industrial para o do conhecimento, capaz de impulsionar maior liberação do brasileiro da obrigação do mero trabalho pela sobrevivência. Ao longo do século passado as transformações no modo de produção capitalista influenciaram decisivamente o papel que a educação e a for-

mação profissional possuíam na inserção e trajetória ocupacional dos brasileiros. Com isso, o sistema educacional se concentrou fundamentalmente nas faixas etárias mais baixas (crianças, adolescentes e jovens) e se limitou à tarefa antecipadora do exercício do trabalho. Após o ingresso no mercado de trabalho, praticamente abandonava-se o estudo, uma vez que o conhecimento adquirido durante a passagem pelo sistema educacional e de qualificação se mostrava suficiente para permitir o exercício laboral durante 30/35 anos, até a aposentadoria. As ocupações e a trajetória de trabalho eram relativamente rígidas, permitindo poucas alterações profissionais do ingresso até a saída do mercado de trabalho.

Na sociedade do conhecimento, a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho e o processo de educação para toda a vida assumem maior relevância para a absorção de novas oportunidades de trabalho, não mais como uma obrigação e sim como consequência direta de decisões tomadas previamente. Isso porque, na sociedade do conhecimento, a preparação para a vida laboral tende a ser cada vez mais decisiva, com a educação e a formação ocupando papel central na trajetória de vida. Assim, o tempo de formação para o ingresso no mercado de trabalho necessita ser ampliado, enquanto a edu-

Na sociedade do conhecimento, a preparação para a vida laboral será cada vez mais decisiva, com a educação e a formação ocupando papel central.

cação e a formação ocupacional transformam-se em algo continuado ao longo da vida útil das classes trabalhadoras.

A educação geral e a formação continuada devem buscar a transdisciplinariedade do conhecimento, possibilitando a contínua transferência tecnológica, em uma sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. Isso rompe com a concepção tradicional de restringir a educação apenas a uma faixa etária precoce e permite que a educação geral ocupe maior tempo na vida dos brasileiros, seja na fase precoce da vida, seja ao longo da maturidade humana, por meio da aprendizagem teórica e de práticas contínuas que potencializem o exercício do conhecimento a partir da redução do tempo de trabalho para a sobrevivência.

Para isso, o padrão regulatório necessita limitar as jornadas semanais de trabalho a 25 horas no período anual de 200 dias, ou seja, cerca de mil horas de trabalho ao ano. Ao mesmo tempo, deve-se buscar a postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho a partir do ensino superior completo. Dessa forma, parcela significativa dos jovens cumpre o ciclo educacional mais longo, buscando se preparar mais para ocupar as melhores oportunidades de trabalho e renda na sociedade do conhecimento. Os filhos dos estratos mais ricos da população já optam pelo ingresso no mercado de trabalho após ao conclusão do ensino universitário, quando não a pós-graduação, uma vez que dispõem de condições próprias para financiar a inatividade por maior tempo.

A universalização do tempo da inatividade requer o fortalecimento das políticas públicas, com o aumento dos fundos públicos direcionados ao financiamento da ampliação da educação e da formação ocupacional para a vida toda. Tudo isso, é claro, em harmoniza com as exigências contemporâneas de uma nova sociedade, em que o conhecimento torna-se, cada vez mais, o elemento decisivo na trajetória ocupacional que permite reduzir drasticamente o trabalho pela sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho autônomo torna-se uma consequência resultante da trajetória pregressa da educação e formação ocupacional. O que não significa dizer que a educação e a formação profissional são os determinantes do nível ocupacional de um país, mas representam a possibilidade de romper com o sentido do trabalho como condenação.

Ao combinar a ampliação da expectativa média de vida com a redução do tempo de trabalho, conforme exigência do trabalho na sociedade do conhecimento, vislumbra-se a menor relação da vida com o trabalho para sobrevivência. No tempo do predomínio do trabalho rural, a carga de trabalho consumia quase 70% de todo o tempo da vida humana. No trabalho urbano-industrial, o avanço da regulação do tem-

Precisamos de políticas públicas que se harmonizem às exigências contemporâneas, em que o conhecimento torna-se, cada vez mais, o elemento decisivo na trajetória ocupacional.

po de trabalho, acompanhada da elevação da expectativa média de vida, tornou a carga laboral responsável por cerca de 45% do tempo de vida humana.

O trabalho pela sobrevivência na sociedade do conhecimento poderá equivaler a cerca de 20% de todo o tempo de vida de um indivíduo. Mas isso requer a mobilização das lutas sociais e políticas em prol da construção de uma sociedade superior, que liberte ao máximo o brasileiro do trabalho pela mera sobrevivência, sobretudo com as distintas possibilidades para o exercício do trabalho autônomo. Ou seja, o exercício de atividades educacionais, de cidadania e comunitárias se apresenta como oportunidade de regulação pública fundamental, nesses novos tempos em que a carga de trabalho pela vida pode ser diminuída significativamente.

SOBRE O AUTOR

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Autor de publicações e artigos lançados por diversas editoras. Pela Editora Fundação Perseu Abramo foi organizador do livro “Desenvolvimento, trabalho e solidariedade” e, mais recentemente, participou dos livros “O abc da crise” (2009) e “Brasil, entre o passado e o futuro” (2010).

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMORIM, R. *et alii*. *Os trabalhadores*. Vol. II. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo, 2005 (coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BALTAR, P. E. A. *et alii*. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1997.

BALTAR, P. *et alii* (Orgs.) *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: IE/Unicamp, 2005.

BANCO MUNDIAL. O trabalho na economia global. *Finanças & Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, v. 15, n. 3, 1995, p. 3-11.

BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 2003.

BEVERIDGE, W. *Pleno empleo en una sociedad libre*. Madrid: MTSS, 1988.

CACCIAMALI, M. *et alii*. Crescimento econômico e geração de emprego. *Planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, n. 12, 1995.

CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão salarial*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, M. *La era de la información*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

- Cocco, G. *et alii*. *Empresários e empregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CÓRDOBA, E. Del empleo total al trabajo atípico. *Revista Internacional del Trabajo*. Genebra: OIT, v. 105, n. 4, oct.-dic. 1986.
- CROMPTON, L. *et alii*. *Changing Forms of Employment*. London: Routledge, 1996.
- DAL ROSS, S. A teoria do tempo do trabalho. *Revista Sociedade e Estado*. Rio de Janeiro: Relume-Numará, vol. XI, n. 2, jul-dez 1996, 295-320.
- DAVIDSON, P. & KREGEL, J. (orgs.). *Employment, Growth and Finance Economic Reality and Economic Growth*. London: EEPL, 1994.
- DELFIN NETTO, A. *O desemprego neosocial*. Brasília: 1996 (mimeo.).
- DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo: Dieese, 1994.
- FERNANDES, R. (org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.
- GLYN, A. A socialdemocracia e o pleno emprego. *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 4, n. 2, 1995.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail*. Paris: Galilée, 1988.
- GROSSI, M.; SILVA, J. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. Brasília: UnB, 2006.
- KREIN, J. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/Unicamp, 2001.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (orgs.) *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- MORETTO, A. J.; POCHMANN, M. Informalidade e ocupação no Brasil.

- In: TEIXEIRA, M. *et alii* (orgs.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: ESSP-CUT, 2005, v. 1, p. 221-44.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformação do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PASTORE, J. *Flexibilização do mercado de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo: LTr, 1994.
- POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher, 2000.
- POCHMANN, M. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher, 2002.
- POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, M. (Org.) *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, M. *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Pubisher, 2009.
- POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. Campinas/São Paulo: IE/Unesp, 2003.
- REICH, R. *The work of Nations*. New York: Random House, 1992.
- RIFKIN, J. *The End of Work*. New York: Putnam, 1995.
- SOUZA, P. R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

BRASIL 
EM DEBATE

Coleção “Brasil em Debate”
Editora Fundação Perseu Abramo
Lançamento - junho de 2010

Pequenos livros sobre grandes temas!

**O governo Lula e o combate
à corrupção**

Jorge Hage

**Desenvolvimento, trabalho
e renda no Brasil**

Marcio Pochmann

**O governo Lula e o novo papel
do Estado brasileiro**

Glauco Faria

**Governo Lula: A construção
de um Brasil mais justo**

Aloízio Mercadante

Mais livros estão previstos, com a colaboração de Marilena Chaui,
Paul Singer, Samuel Pinheiro Guimarães, Luiz Dulci, entre outros.

Procure na livraria de sua preferência, ou visite
www.fpabramo e www.efpa.com.br

Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil foi impresso na cidade de São Paulo, pela gráfica Cromosete, em maio de 2010. A tiragem foi de 2000 exemplares. O texto foi composto em LinoLetter Std Roman, no corpo 10. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em Chambril Avena 80g.